

Organizadores
Renato Francisco dos Santos Paula
Tânia Maria Santana dos Santos
Geruza Silva de Oliveira Vieira

Trabalho em Movimento, Sociedade em Transição

Configurações Contemporâneas



Organizadores
Renato Francisco dos Santos Paula
Tânia Maria Santana dos Santos
Geruza Silva de Oliveira Vieira

TRABALHO EM MOVIMENTO, SOCIEDADE EM TRANSIÇÃO: Configurações Contemporâneas

Esta obra foi financiada com recursos da



Realização:



Organizadores
Renato Francisco dos Santos Paula
Tânia Maria Santana dos Santos
Geruza Silva de Oliveira Vieira

**TRABALHO EM MOVIMENTO,
SOCIEDADE EM TRANSIÇÃO:
Configurações Contemporâneas**

ALEXA

Embu das Artes - SP
2024

Comissão Científica

Presidente

Yvone Dias Avelino (PUC-SP)

Vice-presidente

Pedro Paulo Abreu Funari (UNICAMP)

Membros

Adailton da Silva (UFAM – Benjamin Constant/AM); Alfredo González-Ruibal (Universidade Complutense de Madrid – Espanha); Aldair Oliveira de Andrade (UFAM – Manaus/AM); Ana Paula Nunes Chaves (UDESC – Florianópolis/SC); Arlete Assumpção Monteiro (PUC-SP - São Paulo/SP); Barbara M. Arisi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR); Benedicto Anselmo Domingos Vitoriano (Anhanguera – Osasco/SP); Carmen Sylvia de Alvarenga Junqueira (PUC-SP – São Paulo/SP); Claudio Carlan (UNIFAL – Alfenas/MG); Denia Roman Solano (Universidade da Costa Rica - Costa Rica); Débora Cristina Goulart (UNIFESP – Guarulhos/SP); Diana Sandra Tamburini (UNR – Rosário/Santa Fé – Argentina); Edgard de Assis Carvalho (PUC-SP – São Paulo/SP); Estevão Rafael Fernandes (UNIR – Porto Velho/RO); Evandro Luiz Guedin (UFAM – Itaquatiara/AM); Fábila Barbosa Ribeiro (UNILAB – São Francisco do Conde/BA); Fabiano de Souza Gontijo (UFPA – Belém/PA); Gilson Rambelli (UFS – São Cristóvão/SE); Grazielle Acçolini (UFGD – Dourados/MS); Iraíldes Caldas Torres (UFAM – Manaus/AM); José Geraldo Costa Grillo (UNIFESP – Guarulhos/SP); Juan Álvaro Echeverri Restrepo (UNAL – Letícia/ Amazonas – Colômbia); Júlio Cesar Machado de Paula (UFF – Niterói/RJ); Karel Henricus Langermans (USP/EcA – São Paulo/SP); Kelly Ludkiewicz Alves (UFBA – Salvador/BA); Leandro Colling (UFBA – Salvador/BA); Lilian Marta Grisólio (UFG – Catalão/GO); Lucia Helena Vitalli Rangel (PUC-SP – São Paulo/SP); Luciane Soares da Silva (UENF – Campos de Goitacazes/RJ); Mabel M. Fernández (UNLPam – Santa Rosa/La Pampa – Argentina); Marilene Corrêa da Silva Freitas (UFAM – Manaus/AM); María Teresa Boschín (UNLu – Luján/Buenos Aires – Argentina); Marlon Borges Pestana (FURG – Universidade Federal do Rio Grande/RS); Michel Justamand (UNIFESP - Guarulhos/SP); Miguel Angelo Silva de Melo – (UPE – Recife/PE); Odenei de Souza Ribeiro (UFAM – Manaus/AM); Patricia Sposito Mechi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR); Paulo Alves Junior (FMU – São Paulo/SP); Raquel dos Santos Funari (UNICAMP – Campinas/SP); Renata Senna Garrafini (UFPR – Curitiba/PR); Renilda Aparecida Costa (UFAM – Manaus/AM); Roberta Ferreira Coelho de Andrade (UFAM – Manaus/AM); Sebastião Rocha de Sousa (UEA – Tabatinga/AM); Thereza Cristina Cardoso Menezes (UFRRJ – Rio de Janeiro/RJ); Vanderlei Elias Neri (UNICSUL – São Paulo/SP); Vera Lúcia Vieira (PUC-SP – São Paulo/SP); Wanderson Fabio Melo (UFF – Rio das Ostras/RJ).

COMITÊ CIENTÍFICO - ALEXA CULTURAL

Presidente

Yvone Dias Avelino (PUC/SP)

Vice-presidente

Pedro Paulo Abreu Funari (UNICAMP)

Membros

Adailton da Silva (UFAM – Benjamin Constant/AM)
Aldair Oliveira de Andrade (UFAM – Manaus/AM)
Alfredo González-Ruibal (Universidade Complutense de Madrid/Espanha)
Ana Cristina Alves Balbino (UNIP – São Paulo/SP)
Ana Paula Nunes Chaves (UDESC – Florianópolis/SC)
Arlete Assumpção Monteiro (PUC/SP – São Paulo/SP)
Barbara M. Arisi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)
Benedicto Anselmo Domingos Vitoriano (Ananguera – Osasco/SP)
Carmen Sylvia de Alvarenga Junqueira (PUC/SP – São Paulo/SP)
Claudio Carlan (UNIFAL – Alfenas/MG)
Débora Cristina Goulart (UNIFESP – Guarulhos/SP)
Denia Roman Solano (Universidade da Costa Rica)
Diana Sandra Tamburini (UNR – Rosário/Santa Fé – Argentina)
Edgard de Assis Carvalho (PUC/SP – São Paulo/SP)
Estevão Rafael Fernandes (UNIR – Porto Velho/RO)
Fábia Barbosa Ribeiro (UNILAB – São Francisco do Conde/BA)
Gilse Elisa Rodrigues (UFAM – Benjamin Constant/AM)
Fabiano de Souza Gontijo (UFPA – Belém/PA)
Gilson Rambelli (UFS – São Cristóvão/SE)
Graziele Acçolini (UFGD – Dourados/MS)
Iraíldes Caldas Torres (UFAM – Manaus/AM)
Juan Álvaro Echeverri Restrepo (UNAL – Leticia/Amazonas – Colômbia)
Júlio Cesar Machado de Paula (UFF – Niterói/RJ)
Karel Henricus Langermans (Ananguera – Campo Limpo – São Paulo/SP)
Kelly Ludkiewicz Alves (UFBA – Salvador/BA)
Leandro Colling (UFBA – Salvador/BA)
Lilian Marta Grisólio (UFG – Catalão/GO)
Lucia Helena Vitalli Rangel (PUC/SP – São Paulo/SP)
Luciane Soares da Silva (UENF – Campos de Goitacazes/RJ)
Mabel M. Fernández (UNLPam – Santa Rosa/La Pampa – Argentina)
Marilene Corrêa da Silva Freitas (UFAM – Manaus/AM)
María Teresa Boschín (UNLu – Luján/Buenos Aires – Argentina)
Marlon Borges Pestana (FURG – Universidade Federal do Rio Grande/RS)
Michel Justamand (UFAM – Benjamin Constant/AM)
Patricia Sposito Mechi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)
Paulo Alves Junior (FMU – São Paulo/SP)
Raquel dos Santos Funari (UNICAMP – Campinas/SP)
Renata Senna Garraffoni (UFPR – Curitiba/PR)
Rita de Cassia Andrade Martins (UFG – Jataí/GO)
Roberta Ferreira Coelho de Andrade (UFAM – Manaus/AM)
Tharcisio Santiago Cruz (UFAM – Benjamin Constant/AM)
Thereza Cristina Cardoso Menezes (UFRRJ – Rio de Janeiro/RJ)
Vanderlei Elias Neri (UNICSUL – São Paulo/SP)
Vera Lúcia Vieira (PUC – São Paulo/SP)
Wanderson Fabio Melo (UFF – Rio das Ostras/RJ)

Dedicado ás vítimas do nazifascismo, de ontem e de hoje

© by Alexa Cultural

Direção

Gladys Corcione Amaro Langermans

Nathasha Amaro Langermans

Editor

Karel Langermans

Capa

Klanger

Revisão da Língua Portuguesa

Marisa De Lucia

Revisão Técnica

Renato Francisco dos Santos Paula, Tânia Maria Santana dos Santos e

Geruza Silva de Oliveira Vieira

Editoração Eletrônica

Alexa Cultural

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T759c Trabalho em Movimento – Sociedade em Transição: Configurações Contemporâneas. Organizadores: Renato Francisco dos Santos Paula, Tânia Maria Santana dos Santos, Geruza Silva de Oliveira Vieira. – 1. ed. – Embu das Artes/SP: Alexa Cultural Editora, 2024.

14x21cm -301 páginas - Livro digital em PDF

ISBN 978-85-5467-505-9

1. Trabalho. 2. Serviço Social. 3. Assistência Social. 4. Precarização, I. Paula, Renato Francisco dos Santos, II. Santos, Tânia Maria Santana dos, III. Vieira, Geruza Silva de Oliveira. IV, Bibliografia. V. Sumário.

CDD - 321-11

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Índices para catálogo sistemático:

1. Trabalho
2. Serviço Social
3. Precarização

Todos os direitos reservados e amparados pela Lei 5.988/73 e Lei 9.610

É proibida a reprodução parcial ou integral sem a autorização do organizador e/ou editora

Alexa Cultural Ltda

Rua Henrique Franchini, 256

Embu das Artes/SP - CEP: 06844-140

alexax@alexacultural.com.br

alexacultural@terra.com.br

www.alexacultural.com.br

PREFÁCIO

Alison Cleiton de Araújo

Vivemos em um momento histórico marcado por intensas transformações, tanto no âmbito do trabalho quanto nas relações sociais que o constitui. Em *Trabalho em Movimento - Sociedade em Transição: Configurações Contemporâneas*, os(as) diversos(as) autores e autoras nos convidam a refletir sobre as profundas mudanças que se processam nas dinâmicas do trabalho e sociabilidade neste início do século XXI. Essas mudanças adquiriram um ritmo vertiginoso, impulsionadas por uma combinação de inovações tecnológicas, reorganizações econômicas globais e tensões sociais cada vez mais intensas. As determinações estruturais que explicam esses fenômenos são tributárias da expansão desmesurada das relações capitalistas no seu movimento insaciável para subsumir todos os poros possíveis de necessidades sociais em mercadorias.

Esta coletânea surge neste contexto de incertezas e indeterminações, onde o trabalho e a “sociedade em transição” revelam o impacto das novas mutações geradas pela incorporação de tecnologias digitais, como a Inteligência Artificial e a Internet das Coisas, sob os auspícios do que vem sendo denominado como uma revolução tecnológica produtiva inovadora amalgamada pela Indústria 5.0.

Os organizadores Renato Francisco dos Santos Paula, Tânia Maria Santana dos Santos e Geruza Silva de Oliveira Vieira explicitam como esse novo estágio da dinâmica capitalista, em crise, longe de representar uma libertação das potencialidades humanas, representa seu avesso. Demonstram que o presente é marcado por maior exploração do trabalho, intensificação da produtividade e precarização das relações e condições de trabalho, exacerbando desigualdades sociais e contrarrestando os parcos avanços civilizatórios historicamente conquistados. Concluem, informando que se não houver transformações radicais na órbita da sociabilidade vigente, o futuro do trabalho é incerto, bem como a própria existência da humanidade.

Esta obra representa uma proposta ousada, reunindo pesquisadores e pesquisadoras de diferentes instituições, universidades e

matizes teóricos. Seu principal mérito é desafiar e transcender uma visão unilateral na produção de conhecimento. Alicerçada no diálogo e na construção coletiva, a proposta busca confrontar questões candentes que interpelam a nossa sociabilidade, atribuindo-lhes maior relevância em comparação com a pretensa busca por “verdades provisórias”.

O fio condutor é a constatação de que o trabalho, longe de estar em declínio ou de ter perdido sua centralidade – tese que gravita na produção do conhecimento desde a década de 1980 –, permanece como eixo estruturante das relações sociais e, ao mesmo tempo, um espaço de intensificação das contradições do sistema capitalista. Partindo da centralidade do trabalho na constituição da vida social, os textos reunidos nesta obra oferecem uma análise crítica e abrangente dos desafios do tempo presente, bem como os nós críticos para compreender as mudanças contemporâneas do trabalho e suas consequências para as múltiplas dimensões das relações sociais.

Os autores e autoras nos provocam a conjugar o verbo “inquietar”. A ideia de “movimento” refere-se não apenas às constantes mudanças no mundo do trabalho, mas também à luta histórica dos trabalhadores por melhores condições e pela superação das estruturas de exploração. Já a noção de “transição” nos coloca diante de um cenário de incertezas, no qual as formas tradicionais de trabalho e sociabilidade estão sendo transformadas de maneira acelerada.

Dividido em três partes, o livro organiza suas reflexões de modo a permitir que o(a) leitor(a) transite pelos diversos nexos conceituais e teóricos dos objetos em análise. A primeira parte, “Trabalho em Movimento”, examina as condições históricas e contemporâneas do trabalho, resgatando a luta de classes como o motor das transformações sociais. Na segunda parte, “Sociedade em Transição”, os autores e autoras discutem as crises contemporâneas do capitalismo e seus impactos nas relações sociais, com destaque para o papel do Estado e as políticas públicas. Por fim, na terceira parte, “O Futuro do Trabalho e o Trabalho no Futuro”, os textos convidam o leitor e a leitora a pensarem o futuro do trabalho em meio às inovações tecnológicas e às novas formas de exploração do trabalho.

Machado de Assis, em Teoria do Medalhão, nos diz: “*Com os suspiros de uma geração é que se amassam as esperanças de ou-*

tra”. Com este intuito, o livro é um convite a pensar o presente à luz das teorias sociais críticas. É um convite à rebeldia de pensamento e de posicionamento em favor da socialização da política e da emancipação humana, enquanto bases para construir os futuros possíveis.

Esta coleção é, portanto, uma contribuição valiosa para o debate sobre o trabalho e a sociedade no mundo contemporâneo. A leitura desta obra é um convite à crítica, à reflexão e, acima de tudo, à ação transformadora frente aos desafios do presente.

Vila Boa de Goyaz, primavera de 2024

SUMÁRIO

Prefácio

Alison Cleiton de Araújo

- 8 -

Apresentação

Os organizadores

- 14 -

Parte 1

Trabalho em Movimento

Trabalho e seus sentidos: notas sobre expropriação do trabalho e suas formas de pensamento social hegemônicas

Renato Francisco dos Santos Paula

- 25 -

A evolução dos movimentos trabalhistas: uma análise histórica e contemporânea

Gustavo Basílio Stabile; Patrícia Basílio Teles Stabile; Regina Sueli de Sousa

- 48 -

Trabalho precário: origens, conceitos e abordagens

Luís Augusto Vieira

- 65 -

Dimensão estrutural da precarização do trabalho no setor público

Maria Conceição Sarmento Padial Machado; Rayanne Sousa de Matos

- 82 -

Trabalho associado, autogestionado e agroecológico: reflexões sobre a classe camponesa e seu mundo do trabalho

Cristiano Apolucena Cabral; Eva Emilia Freire do Nascimento Azevedo

- 100 -

Assistentes Sociais em resistência e luta: aproximações a um coletivo contra a exploração do trabalho

Itanamara Guedes Cavalcante; Magaly Nunes de Góis; Vera Núbia Santos

- 117 -

Parte 2

Sociedade em Transição

**Trabalho, Precarização e Serviço Social: Desafios e Perspectivas na
Formação Profissional**

Carla Agda Gonçalves; Patrícia Basílio Teles Stabile; Valdir Nunes da Silva Netto

- 141 -

**Uma consciência necessariamente negra: a centralidade do debate
da consciência de classe no projeto de formação do
Serviço Social brasileiro**

Júlio César Marinho Santos; Rutelêia Cândida de Souza Silva

- 157 -

**Mudanças no capitalismo contemporâneo e seu impacto sobre o
trabalho em saúde na atenção primária de Itaberaí (GO)**

Caroline da Silva Luz; Tereza Cristina Pires Favaro

- 185 -

**Serviço Social e Política de Educação Básica: novo ensino médio,
concepções de educação e o canto da sereia**

Cristiano Costa de Carvalho; André Monteiro Moraes;

Eliana Bolorino Canteiro Martins

- 205 -

Serviço Social e a importância da Cultura no exercício profissional

Maria Clara Pereira Soares

- 223 -

Parte 3

O futuro do trabalho e o trabalho no futuro

O trabalho nas plataformas digitais: a materialização do mais-valor gerado pela superexploração da força de trabalho dos motoristas que atendem por aplicativos

Karlla Stricker Mendes

- 240 -

A discrepância entre o avanço tecnológico da Inteligência Artificial e a paridade de gênero no Brasil

Karla Fabiana Gomes da Silva; Geruza Silva de Oliveira Vieira

- 251 -

Treinamento dos *Idols*: preparação laboral e dispositivos legais sul-coreanos para *trainees* de *K-Pop*

Helmer Marra

- 270 -

Sobre os(as) autores(as)

- 290 -

APRESENTAÇÃO

Renato Francisco dos Santos Paula

Tânia Maria Santana dos Santos

Geruza Silva de Oliveira Vieira

Trabalho em Movimento – Sociedade em Transição é uma afirmação que sintetiza o eixo central das incertezas que assolam a humanidade nessa quadra de século XXI. Nesse tempo, os produtores do conhecimento humano têm tentado compreender e ao mesmo passo prospectar o futuro da humanidade, em especial naquilo que diz respeito às velozes transformações no mundo do trabalho que inflexionam mudanças em todas as dimensões da vida social. Em tempos anteriores já havia sido declarado o “fim do trabalho” (e com ele o fim da história), já havia sido anunciada a era do “ócio produtivo”, enaltecida a acumulação flexível como nosso último estágio evolutivo, e, recentemente, a chamada Indústria 5.0 e a Inteligência Artificial (IA) são alvos de apologias e, como panaceia, recebem investimentos das grandes corporações capitalistas impondo novos meios e modos de produção, que, ainda que substituam parte da força de trabalho humano por autômatos, não liberam os trabalhadores para o exercício de suas potencialidades, ao contrário, acirram as desigualdades e agudizam as refrações da “questão social” gerando um incontrolável e destrutivo caos, como sempre afirmara o filósofo István Mészáros. Essa “desorganização” das tradicionais formas de relação de produção capitalista é tão insidiosa e deletéria às relações sociais, que o homem, ao se ver sem saída, recorre ao retorno a um passado de brutalidade e barbárie como podemos notar nas situações de advento de governos e movimentos sociais com feições nazifascistas mundo afora.

É nesse percurso concêntrico que as transformações atuais no mundo do trabalho se conectam a valores antimodernos como o (neo)conservadorismo; o racismo e seu simulacro: os trabalhos análogos a escravidão; o patriarcado e seu sistema machista e misógino; as fobias de natureza identitárias que levam ao genocídio de pes-

soas lgbtqia+ em todo o mundo; à dizimação de povos originários milenares e ao sequestro de suas terras e territórios; só para citar as consequências mais visíveis desse processo.

Sendo assim, a nós, profissionais, pesquisadores e estudiosos das relações sociais, compete colocar em exame as causas, formas e consequências dessa dinâmica, considerando que a alternativa a esse projeto societário autodestrutivo nunca esteve ausente de nosso horizonte ético-político: o socialismo. É neste sentido que a coletânea de textos *Trabalho em Movimento – Sociedade em Transição: Configurações Contemporâneas* buscou reunir produções que pudessem contribuir para o avanço no debate sobre as intersecções entre as transformações contemporâneas no mundo do trabalho e as novas formas de sociabilidade delas decorrentes. Trata-se, portanto, de um grande espectro de investigação, pois a temática em tela é constituinte da “realidade concreta”, logo, síntese de múltiplas determinações, o que nos permite um número imensurável de variáveis para sua análise e tratamento teórico-metodológico.

Entendemos que alcançamos êxito na proposta, na medida em que as reflexões que recebemos para a coletânea abrangem uma miríade significativa e exemplar das inúmeras possibilidades que derivam dos estudos sobre o trabalho: *trabalho compreendido como nossa forma primordial de objetivação do trânsito, que nos retira da condição de seres meramente biológicos e nos transforma em seres sociais*.

Assim como previsto na chamada que deu origem ao livro, dividimos nossas reflexões em três grandes eixos, organizados em três partes. A primeira parte tem como título ***Trabalho em Movimento***. Partimos da consideração de que a transformação da natureza pelo homem na busca da satisfação de suas necessidades é condição ineliminável da existência humana. Esse axioma marxiano é a base fundamental para a compreensão das transformações ininterruptas no “mundo dos homens”, onde a descoberta da condição do trabalho no modo de produção capitalista permite apreender o que verdadeiramente move a sociedade burguesa: *a luta de classes*. Ou seja, na medida em que a apropriação privada dos resultados da produção coletiva se torna uma constante, as limitações desse “sistema” se evidenciam com maior vigor e contraditoriamente o trabalho se põe

em movimento – alavancando a evolução das forças produtivas – ao mesmo tempo em que recrudescer a exploração da força desse mesmo trabalho.

Sob estas bases analíticas e teórico-metodológicas reunimos reflexões que resgatam o movimento histórico das condições do trabalho e da classe que vive da venda da sua força de trabalho no capitalismo, o que irá possibilitar ao leitor uma reflexão que parte do geral ao particular, mas, sobretudo, dialoga com nossas experiências e vivências cotidianas.

Sendo assim, a primeira parte da coletânea é inaugurada com o capítulo: *Trabalho e seus sentidos: notas sobre expropriação do trabalho e suas formas de pensamento social hegemônicas*. Neste texto, o autor e organizador desta coletânea, Renato Francisco dos Santos Paula, resgata pré-dicas fundamentais de análise da categoria trabalho utilizando o léxico marxiano. Contudo, de modo inusitado, o autor reafirma a centralidade do trabalho como categoria fundante do ser social não dialogando diretamente com autores da tradição marxista, como acontece em geral, mas sim dialogando com intelectuais da ordem burguesa. Traça um percurso que se inicia desde a análise dos elementos que informam a alienação e estranhamento do trabalho no capitalismo até a criação de novas categorias desse processo, como é o caso do *fetichismo do empreendedorismo*. Estes argumentos iniciais se tornam ainda mais elucidados quando o pensamento de personalidades como Von Mises, Ford ou Hayek são expostos. Por fim, o capítulo se encerra com algumas notas acerca da relação entre o Serviço Social e as análises sobre o fenômeno da reestruturação produtiva feita em seu interior por amplos quadros da categoria profissional e acadêmica.

Na sequência, temos o capítulo “*A evolução dos movimentos trabalhistas: uma análise histórica e contemporânea*” redigido por Stabile, Stabile e Sousa. As autoras e o autor trazem à baila uma reflexão acerca dos movimentos trabalhistas do século XVIII até os dias atuais. Sopesam as mudanças societárias que incidiram direta e indiretamente nas condições de trabalho, nas estratégias de organização e nas conquistas históricas, além de discutirem os desafios enfrentados pelos movimentos trabalhistas contemporâneos no contexto da globalização, automação e da precarização do trabalho. Por

fim, ainda nos brindam com uma abordagem sobre o antagonismo ideológico no interior da classe trabalhadora e suas implicações para o Serviço Social.

No capítulo “*Trabalho precário – origens, conceitos e abordagens*”, Vieira problematiza o debate teórico acerca da categoria “trabalho precário”, a partir de sua vertente europeia. Valendo-se de uma sistematização bibliográfica e documental e de sua experiência como pesquisador em Portugal, aponta o trabalho precário como elemento constitutivo do sistema capitalista e que se consolidou como objeto de interesse científico a partir de meados do século XX. O autor conclui que o debate teórico sobre essa categoria ainda está em curso, em que pese, na prática, o trabalho precário se firmar como desdobramento do capitalismo neoliberal, o que demonstra a importância do adensamento de estudos nesse campo.

Em “*Dimensão estrutural da precarização do trabalho no setor público*” leremos uma narrativa que parte do tratamento do trabalho como ontologia da existência e da sociabilidade humana no sistema capitalista, do valor mercantil que implica relações sociais voltadas para coisas produzidas e serviços prestados. As autoras Machado & Matos colocam em exame a reestruturação produtiva e as bases da precarização do trabalho, a acumulação flexível no neoliberalismo, a falácia do empreendedorismo como alternativa para a crise do desemprego e a perda dos direitos trabalhistas. Como emblema empírico, elas mostram as imbricações entre a acumulação flexível neoliberal e o serviço público. Isto é, a situação do trabalho imaterial no setor público com a precarização das relações que contribuem com o surgimento e agravamento de doenças ocupacionais, a exemplo do que ocorre com trabalhadores e trabalhadoras atendidas na Gerência de Saúde e Segurança do Trabalho (GERSAU) da Prefeitura Municipal de Goiânia no estado de Goiás.

“*Trabalho associado, autogestionado e agroecológico: reflexões sobre a classe camponesa e seu mundo do trabalho*” apresentado por Cabral & Azevedo discute o trabalho camponês, destacando sua diferença fundamental do trabalho capitalista. Enquanto no meio urbano predomina a venda da força de trabalho por salário, os(as) camponeses(as) lutam pela terra e meios de produção, a fim de controlarem o trabalho e renda, não gerando mais-valia nem

prestando serviços no sentido capitalista tradicional. Nesse sentido, foca-se no tripé: trabalho associado, autogestionado e agroecológico, evidenciando sua relevância histórica e contemporânea. O texto busca elucidar o papel do trabalho camponês como contraponto ao sistema capitalista, enfatizando a preservação de práticas tradicionais e recursos naturais.

Cavalcante, Góis & Santos analisam o significado social do Serviço Social baseadas no entendimento do trabalho do(a) assistente social como parte do trabalho social e coletivo da sociedade no capítulo “*Assistentes Sociais em resistência e luta – aproximações a um coletivo contra a exploração do trabalho*”. Na reflexão, podemos compreender que as novas configurações do mundo do trabalho atingem a profissão e atribuem aos(as) profissionais novas requisições e competências que incidem na contratação, nas condições de trabalho, no salário e na organização política da categoria.

A leitura atenta desse texto nos levará a apreender as formas de resistências desenvolvidas pela categoria diante das alterações no mercado de trabalho e sua nova morfologia, situando a relação do estatuto de trabalhador(a) assalariado(a) em consonância ao Projeto Ético-Político do Serviço Social. Ao mesmo tempo, as autoras apresentam um estudo comparativo sobre as condições de trabalho de assistentes sociais no Brasil e em Sergipe, com a experiência do *Coletivo de Assistentes Sociais Resistência e Luta*. O texto apresenta as estratégias de mobilização e organização e as bandeiras de lutas que identificam as conquistas do Coletivo e tem como pano de fundo a análise das determinações do sistema capitalista monopolista financeiro no mercado de trabalho e no processo político organizativo da categoria. Trata-se, portanto, da síntese de um estudo exploratório, de natureza documental e bibliográfica, cuja análise qualitativa traz como conclusão que os(as) assistentes sociais somam-se a outras categorias para construir instrumentos de organização política local como estratégia para resistirem à conjuntura ultraliberal e defenderem o Projeto Profissional do Serviço Social brasileiro, a exemplo do Coletivo Sergipano, que tem se consolidado como espaço de organização dos profissionais e articulação com os movimentos sociais e sindicais.

A segunda parte da coletânea: *Sociedade em Transição* foi organizada a partir da constatação de que a crise contemporânea

do capital apresenta características tão avassaladoras que torna impossível reconhecer alguma dimensão da vida social que não esteja sendo inflexionada por ela. É uma crise que extrapola os domínios da economia e da política e atinge o campo concreto das relações sociais, tornando ainda mais acirradas as disputas em torno do papel do Estado e das políticas públicas, inaugurando uma “nova razão do mundo” (Bravo, Paula & Raichelis, 2024, p. 2)¹. Por isso mesmo – e por mais uma longa série de motivos cujos limites destas páginas não nos permitem explicarmos – é que consideramos que estamos vivendo em uma sociedade em transição. As reflexões trazidas na primeira e na terceira parte desta coletânea corroboram tal assertiva, contudo, os capítulos dessa segunda parte são mais emblemáticos nessa confirmação. Em geral, são artigos que aliam dimensões constitutivas de processos de trabalho particulares com as transformações mais amplas na sociedade.

Desta forma, iniciamos com as reflexões de Gonçalves, Stabile & Netto que sob o título *“Trabalho, Precarização e Serviço Social – Desafios e Perspectivas na Formação Profissional”* oferecem uma análise sobre a interseção entre trabalho e Serviço Social. Ao examinar as implicações do trabalho no contexto capitalista para a prática profissional dos(as) assistentes sociais, assim como a formação necessária para enfrentar as contradições contemporâneas, o capítulo destaca a importância de uma abordagem reflexiva e transformadora. Ao abordar temas como exploração, alienação, e a necessidade de uma formação profissional que vá além do tecnicismo e do burocratismo, os autores fazem apontamentos essenciais para compreender e imprimir um exercício profissional ético frente às complexidades da realidade social.

Em *“Uma consciência necessariamente negra – a centralidade do debate da consciência de classe no projeto de formação do Serviço Social brasileiro”* Santos & Silva se debruçam sobre os fundamentos da consciência de classe e sua incidência teórica e ético-política no campo do Serviço Social. Consideram a consciência de classe como necessariamente negra, remetendo-a à herança da formação sócio-histórica brasileira. A atuação profissional crítica e a constituição da consciência de classe são um movimento de re-

¹ BRAVO, Maria Inês S.; PAULA, Renato Francisco dos S; RAICHELIS, Raquel. R. Participação social e esfera pública: desafios na relação com conselhos e movimentos sociais. Revista Serviço Social & Sociedade, v. 147, n. 2, e-6628403. São Paulo, 2024.

sistência e negação permanente aos efeitos alienadores e fetichistas da sociedade do capital, que visam à manutenção e agravamento da barbárie que vivenciamos. Mais que isso, é a noção da necessidade de construção de uma nova ordem societária, sem divisão de classes, sem propriedade privada, sem exploração nem opressão; um sistema social radicalmente livre. Assim, a autora e o autor destacam que os elementos da consciência de classe são fundamentais para se pensar os objetivos da formação profissional em Serviço Social, pautados em uma concepção crítica à sociabilidade burguesa.

Por seu turno, em *“Mudanças no capitalismo contemporâneo e seu impacto sobre o trabalho em saúde na atenção primária de Itaberaí (GO)”*, Luz & Favaro analisam parte das transformações contemporâneas do trabalho e suas implicações para o trabalho na atenção primária à saúde na cidade de Itaberaí, no estado de Goiás. O texto é fruto de uma pesquisa mais ampla realizada como trabalho de conclusão de curso em Serviço Social, que se valeu de substratos teórico-metodológicos fornecidos pelo materialismo-histórico-dialético para observar os elementos sócio-históricos e as contradições presentes na conformação do objeto de estudo compulsado. O capítulo expõe a abordagem realizada junto a trabalhadores(as) da saúde, o que nos permite observar suas percepções sobre seu trabalho, sobre a conjuntura de radicalização neoliberal e ajuste fiscal, sobretudo, a partir do golpe de Estado de 2016. As autoras concluem evidenciando a intensificação, a precarização e a alienação no trabalho em saúde, e, ainda, gerador de sofrimento e adoecimento nos(as) trabalhadores(as) da APS itaberina.

Trazendo ao debate uma das mais importantes áreas de atuação dos(as) assistentes sociais, a educação, Moraes & Martins apresentam uma reflexão sobre a promulgação da Lei n.º 13.415/2017 e seu processo de implementação. No capítulo *“Serviço Social e política de educação básica – novo ensino médio, concepções de educação e o canto da sereia”* realizam uma leitura a partir das propostas que se fazem para o novo ensino médio, demarcando as concepções de políticas educacionais sobre os vieses histórico-críticos e conservadores de educação, além de demarcar as particularidades constitutivas da direção estratégica do Serviço Social brasileiro sobre educação e, conseqüentemente, trazer insumos para crítica e proposições em torno das experiências e possibilidades do trabalho de assistentes

sociais nessa área. Os autores e a autora problematizam os retrocessos da reforma conservadora dos anos finais da educação básica e a não solução de dilemas e questões históricas da educação no país.

Encerrando a parte 2, Soares discute *“Serviço Social e a importância da cultura no exercício profissional”*. No capítulo, a autora aborda a relação entre a atuação profissional do(a) Assistente Social com os desafios encontrados na contemporaneidade, destacando a luta de classes e os enfrentamentos possíveis às refrações da “questão social”. Cultura e movimentos culturais são tratados pela autora como categorias específicas que compõem e integram os movimentos sociais em geral, dinamizando a correlação de forças expressa na luta de classes. A autora ainda dedica suas tintas a recuperar, mesmo de modo sumarizado e com problemas na forma de exposição, o contexto de surgimento e evolução do Serviço Social, com o intuito de evidenciar a existência de forças conservadoras na categoria desde sua gênese até os dias atuais. Soares afirma que no tempo presente os(as) Assistentes Sociais enfrentam diversos desafios, incluindo a crescente desigualdade social, a precarização das condições de trabalho e a necessidade de novas estratégias de intervenção que respondam às demandas emergentes.

Por fim, chegamos à terceira parte da coletânea intitulada ***“O futuro do trabalho e o trabalho no futuro”***.

Durante a construção do projeto que deu origem a este livro, tínhamos a convicção de que um debate sobre os desafios do tempo presente não pode se furtar a oferecer caminhos para pensar o futuro. Na medida em que o projeto avançava, mais certos disso nós íamos ficando, afinal, as transformações no mundo do trabalho repousam em um processo de (re)invenções técnicas e tecnológicas tão intensas, que se torna impossível não estimular nossas mentes diante desse “extraordinário mundo novo”. Sendo assim, não poderíamos deixar de abrir espaço para o debate acerca das interseções entre trabalho e tecnologia.

A terceira parte da coletânea se inicia com a reflexão de Mendes: *“O trabalho nas plataformas digitais – a materialização do mais-valor gerado pela superexploração da força de trabalho dos motoristas que atendem por aplicativos”*. Neste capítulo, a autora informa que vivemos as mais diversas formas de precarização

das condições de trabalho. Trata-se de um processo que aprofunda a informalidade tornando-a regra quando deveria ser exceção. O trabalho plataformizado é problematizado pela autora que o considera uma dimensão essencial do capitalismo contemporâneo, que tem cada vez mais se valido da produção de dados e da manipulação de algoritmos. A autora apresenta uma construção textual que flerta com a linguagem coloquial e lança, sem se aprofundar, categorias essenciais do léxico marxiano com o intuito apenas de provocar a reflexão, fazendo com que seu texto destoe dos demais desta coletânea, entretanto, mantém a relevância primordial da temática na reflexão que propomos ao conjunto da obra. Mendes conclui que todo esse processo aumenta a vigilância da classe dominante sobre os trabalhadores ao mesmo tempo em que incide sobre a geração de mais-valor.

Na sequência, Silva & Vieira nos apresentam em “*A discrepância entre o avanço tecnológico da Inteligência Artificial e a paridade de gênero no Brasil*”, os avanços da Inteligência Artificial (IA) e demonstram como são afetadas as mulheres no mercado de trabalho. Um dado interessante apontado pelas autoras é a baixa presença e a alta evasão de mulheres em cursos das áreas de ciências computacionais. Demonstram o acirramento da divisão sexual do trabalho em virtude das novas tecnologias e, ainda, problematizam os marcos legais brasileiros e internacionais sobre o tema em análise comparada às regulações europeias.

Encerrando a parte 3 e a coletânea, temos o debate inédito e pouco explorado em nossa literatura sobre a relação entre exploração do trabalho e o mercado do entretenimento. No capítulo “*Treinamento de Ídolos (Idols) – preparação laboral e dispositivos legais sul-coreanos para trainees de K-Pop*” o autor Helmer Marra reflete sobre o processo de formação de ídolos (*idols*) na República da Coreia (Coreia do Sul).

O autor expõe como se configura o processo para a formação de celebridades no mundo do entretenimento sul-coreano e, também, como solistas, grupos masculinos e grupos femininos de *K-Pop* são constituídos a partir de um rígido controle dos processos e força de trabalho. As audições, os treinamentos, as promoções e a gerência artística compõem o escopo desses processos de trabalho

amparados por uma legislação específica que, em geral, protege os produtores e explora os trabalhadores. Marra oferece uma análise destas legislações.

Assim, encerramos a coletânea *Trabalho em Movimento – Sociedade em Transição – Configurações Contemporâneas* desejando que a leitura seja proveitosa, cientes de que o que propomos debater segue acompanhando o movimento da sociedade, portanto, processo em curso.

TRABALHO E SEUS SENTIDOS:

notas sobre expropriação do trabalho e suas formas de pensamento social hegemônicas²

Renato Francisco dos Santos Paula³

Introdução

Atualmente, o empreendedorismo como ideologia e prática social vem sendo propalado como a maneira mais eficaz de atendimento das necessidades sociais, incluindo aí não apenas as necessidades materiais, mas também “os desejos de sucesso, prosperidade e riqueza”. A teologia da prosperidade e as teorias do domínio disseminadas por grupos pentecostais e neopentecostais, em geral, e pela mídia burguesa se associam ao empreendedorismo e se tornam o elemento que condiciona a construção das subjetividades nesses tempos telemáticos.

Observados profundamente, notamos que a falácia e a prática do empreendedorismo estão repletas daqueles elementos descritos por Marx nos Manuscritos de 1844⁴, que nos informam sobre a alienação e estranhamento do trabalho. Nesses escritos, Marx evidencia que não há possibilidade de trabalho no capitalismo que não seja alienado e/ou estranhado. Essa é a condição *sine qua non* do trabalho nesse modo de produção. E isso se dá por uma maquinação de dupla ordem. De um lado, a produção de bens materiais necessários à sobrevivência humana não é mais reconhecida primordialmente pela sua “utilidade social”, mas tal produção é convertida em mercadoria e essa, por sua vez, apenas agrega valor na medida em que passa a participar do intercâmbio material entre mercadorias, en-

2 Parte das reflexões aqui contidas foi iniciada no debate registrado em nosso livro **Estado Capitalista e Serviço Social**: o neodesenvolvimentismo em questão. Campinas: Editora Papel Social, 2016, em especial no item 3.1. Análises críticas sobre a reestruturação produtiva e a recomposição do pensamento liberal (p. 358-374).

3 Assistente Social. Pós-Doutor, Doutor e Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Goiás (UFG) e no Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/6940544238802070>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0003-4199-6601>>. E-mail: renato.paula@gmail.com

4 Manuscritos Econômico-Filosóficos ou Manuscritos de Paris.

riquecendo os proprietários dos meios e modos de produção. Esse processo, portanto, condiciona uma separação elementar entre o trabalhador e o resultado de seu trabalho fazendo com que este não se identifique com ele, daí sua natureza alienada. Por outro lado, há também a alienação que ocorre no interior do próprio processo da atividade produtiva, isto é, ocorre uma desumanização do sujeito que emprega sua força de trabalho ou, nos termos marxianos, há uma “desefetivação” do trabalhador como sujeito desse processo. A impossibilidade do sujeito “efetivar-se” como tal no ato criativo do trabalho incide diretamente no não reconhecimento desse sujeito da sua condição de ser humano genérico e/ou como ser livre universal.

Essa análise, anunciada nos Manuscritos de 1844, ou seja, na juventude Marx, é aprofundada no decorrer de sua obra posterior, contudo, é atemporal como matriz analítica dos processos que remetem ao estranhamento e alienação do trabalho, mesmo atualmente.

Como processo complexo, o estranhamento do trabalho conta com uma ineliminável impulsão para a alienação, pois esta se torna o sentido do trabalho na sociedade capitalista. A falácia do empreendedorismo – abordada sumariamente neste texto – é um dos componentes ideológicos desse processo.

Assim, o presente capítulo coloca em relação três elementos centrais para a compreensão das metamorfoses que o “trabalho” e o mundo do trabalho são acometidos ao longo da história: a) os sentidos do trabalho, tanto como categoria fundante do ser social quanto sua captura pelo capitalismo; b) as formas de pensamento social hegemônicas no campo das justificativas da expropriação do trabalho; c) o modo como o Serviço Social se vale ao longo de sua história para se compreender como um tipo particular de trabalho e, ao mesmo tempo, compreender o movimento geral do trabalho no capitalismo. Sendo assim, na primeira seção iniciamos por registrar algumas notas históricas e críticas acerca de como as transformações recentes no mundo do trabalho nos teria levado ao fetichismo do empreendedorismo. Na sequência, exploramos um pouco o universo intelectual da classe dominante naquilo que diz respeito às suas formas de compreensão do mundo do trabalho em suas várias dimensões, compulsando o pensamento de personalidades como Ludwig von Mises e John Maynard Keynes, dentre outros e, numa terceira sessão, dedicamos maior fôlego às elaborações de Friedrich August von Hayek, justamente por compreendermos sua importân-

A EVOLUÇÃO DOS MOVIMENTOS TRABALHISTAS: uma análise histórica e contemporânea

Gustavo Basílio Stabile¹

Patrícia Basílio Teles Stabile²

Regina Sueli de Sousa³

Introdução

Os movimentos trabalhistas têm desempenhado um papel crucial na transformação das sociedades modernas. Desde as primeiras manifestações de resistência durante a Revolução Industrial até as complexas mobilizações contemporâneas, os trabalhadores têm lutado por melhores condições de vida e por justiça social. Este capítulo explora a evolução desses movimentos ao longo dos séculos XVIII, XIX, XX e XXI, analisando suas características e seus impactos. Além disso, aborda as greves atuais e o antagonismo dentro da própria classe trabalhadora, evidenciando como a defesa de modelos arcaicos de organização pode gerar conflitos ideológicos entre os trabalhadores. Por fim, pontua os rebatimentos desse processo no Serviço Social.

A literatura sobre movimentos trabalhistas é extensa e multifacetada. Hobsbawm (1962) destaca a importância da Revolução Industrial na formação das primeiras associações de trabalhadores.

1 Graduando em Engenharia de Transportes pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e no curso Gestão financeira na Universidade Estácio de Sá. E-mail: gustavoestabile@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-3924-7084>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7018497187428723>.

2 Assistente Social. Professora Associada do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Goiás (UFG). Doutora em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: patriciaestabile@ufg.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9376-9753>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0795230417023939>.

3 Assistente Social, Professora Associada na UFG no Curso de Serviço Social; Graduada em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), Mestre em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB), Doutora em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9385-5208>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1520675432332881>. E-mail: reginasueli@ufg.br

Marx e Engels (1848) fornecem uma análise crítica das condições de trabalho e das relações de produção no capitalismo industrial nascente. Silver (2003) e Piketty (2014) exploram as dinâmicas globais dos movimentos trabalhistas e as desigualdades econômicas ao longo do tempo. McAlevey (2016) discute estratégias de organização trabalhista no contexto contemporâneo, enfatizando a necessidade de adaptação às novas condições de trabalho. Neste sentido, o texto inicialmente apresenta uma reflexão sobre os movimentos trabalhistas dos séculos XVIII, XIX, XX e XXI e posteriormente pontua as novas formas de organização dos trabalhadores na atualidade.

Breve Histórico dos Movimentos Trabalhistas

A Revolução Industrial, iniciada no final do século XVIII, marcou um ponto de inflexão significativo nas configurações do trabalho. A transição de uma economia agrária para uma economia industrial criou novas classes sociais e transformou profundamente as relações de trabalho.

Os primeiros movimentos trabalhistas surgiram como resposta às condições opressivas impostas pelo nascente capitalismo industrial. Trabalhadores enfrentavam longas jornadas, baixos salários e condições insalubres, levando a uma série de protestos e revoltas, como o *movimento ludita* na Inglaterra, que destruiu máquinas que ameaçavam seus empregos (Hobsbawm, 1962).

Apesar da repressão severa, esses primeiros movimentos conseguiram algumas melhorias, embora limitadas. As ações eram frequentemente locais e espontâneas, carecendo de organização formal devido à ilegalidade das associações de trabalhadores. No entanto, essas lutas iniciais lançaram as bases para a formação de sindicatos e outras formas de organização trabalhista no século seguinte.

O século XIX viu a consolidação da Revolução Industrial e a expansão dos movimentos trabalhistas. Com o crescimento das cidades industriais, a classe trabalhadora se fortaleceu e começou a se organizar de maneira mais eficaz. A revogação dos *Combination Acts*, em 1824, no Reino Unido, permitiu a formação de sindicatos, que rapidamente se tornaram uma força importante na luta por direitos trabalhistas (Tilly, 1978).

TRABALHO PRECÁRIO: origens, conceitos e abordagens

Luís Augusto Vieira⁵

Introdução

As aproximações teóricas que apresento são parte de resultados de estudos e pesquisas para tese de doutorado defendida no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP, em 2021, com ênfase nos estudos sobre trabalho precário, empreendido no período de estágio de doutoramento, em Coimbra/Portugal, entre setembro de 2018 a março de 2019.

Quando falamos de trabalho precário, nas leituras e pesquisas realizadas, é unânime e constante a afirmativa de que se trata de algo que acompanha a atividade laboral, seja no modo de produção capitalista, seja nas demais sociedades de assalariamento. Tais estudos apontam o fenômeno guardando similitudes com aquilo que foi no passado, mas se inscrevendo com particularidades em fins do século XX e início do XXI (Kalleberg, 2009; Sá, 2010; Braga, 2012; Soeiro, 2014, 2015; Antunes, 2018; Druck, 2018).

Há que se destacar também as distinções no controverso debate da precariedade nos países de capitalismo central, sobretudo, na Europa e no Sul do mundo ou em países de capitalismo periférico, incluindo o Brasil. Apresentaremos aqui os traços mais marcantes desse debate.

No que se refere à novidade do debate acerca da precariedade, dos autores e autoras pesquisados, além do reconhecimento da história do trabalho assalariado ser marcada por uma precariedade intrínseca, advogam o fenômeno da precariedade contemporânea a partir dos seguintes argumentos:

⁵ Assistente Social. Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor no Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Goiás (UFG) – Campus Goiás. Currículo Lattes: <<https://lattes.cnpq.br/8663550896599960>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-7124-9773>>. E-mail: luis_augusto_vieira@ufg.br.

Arne L. Kalleberg afirma que o trabalho precário não é novidade, existindo desde o início do trabalho assalariado. “No entanto, forças sociais, econômicas e políticas que têm operado durante várias décadas tornaram o trabalho mais precário no mundo inteiro” (2009, p. 21).

Para Teresa Sá, a precariedade laboral, na sociedade ocidental atual, “[...] tem características específicas que se enquadram na nova fase de desenvolvimento do sistema capitalista” (Sá, 2010, p. 2).

Segundo José Soeiro, olhar a precariedade “[...] como não trazendo às formas de exploração antigas nenhuma forma nova de dominação, impedir-nos-ia de acentuar o que mudou, desprezando os elementos de inovação e a capacidade de adaptação do sistema” (Soeiro, 2015, p. 84-85).

Como se percebe, o trabalho precário não é uma novidade absoluta, mas quando tratamos da precariedade no capitalismo contemporâneo o avanço no tempo histórico e suas mudanças estruturais profundas, sobretudo no mundo do trabalho, colocam-se na ordem do dia (Antunes, 2010, p. 18).

Atestando a legitimidade do debate atual acerca da precariedade, podemos dizer também que a sociedade contemporânea atingiu certo grau de desenvolvimento das forças produtivas. As penúrias, física e psíquica, decorrentes do excesso de trabalho, já não se fazem mais necessárias, ou seja, não precisamos mais desenvolver trabalhos categorizados como precários devido ao não incremento produtivo. Ao contrário, já vai tarde o momento em que toda a sociedade poderia ter passado do estágio da carência para o da abundância (Netto, 2011).

Conta ainda o fato de assistirmos, ao longo dos séculos XIX e XX, regulações e regulamentações laborais, que aos poucos foram tirando os(as) trabalhadores(as) de seu estado de penúria extrema para a condição de um(a) trabalhador(a) dotado(a) de certas garantias e direitos – que longe de ser o ideal, avançavam numa maior comodidade para a classe. Mesmo que disforme e com variações de país para país, os(as) trabalhadores(as) conseguiram arrancar nesses últimos séculos: a diminuição da jornada de trabalho, a limitação de idade para exercer funções laborais, o direito de se organizarem nas

DIMENSÃO ESTRUTURAL DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO SETOR PÚBLICO

Maria Conceição Sarmento Padial Machado⁹

Rayanne Sousa de Matos¹⁰

Introdução

Este trabalho apresenta parte da pesquisa da primeira autora para a elaboração da dissertação de mestrado concluída e aprovada pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). O objeto específico deste capítulo são os principais nexos e mediações que se estabelecem nas relações de trabalho, que podem levar ao adoecimento do servidor público municipal de Goiânia Goiás no período de 2021 a 2022.

A exposição desta etapa da pesquisa faz referência, primeiramente, ao trabalho e seu processo de reificação como ontologia da existência e da sociabilidade humana no sistema capitalista, isto é, o trabalho se reifica como algo que passa a dominar as ações humanas sob a égide do mercado, contrariando sua própria origem como o princípio do atendimento das necessidades humanas. Isto é, torna-se imprescindível para o atendimento das necessidades do mercado. O valor mercantil implica relações sociais voltadas para coisas produzidas e serviços prestados, essa produção materializa a ação humana em forma de mercadorias conferidas pelas ações humanas em condições que incluem meios de produção e força de trabalho. Posteriormente, aborda a situação do trabalho imaterial no setor pú-

9 Assistente Social. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Goiás (2009). Mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal de Goiás (2000). Vice-Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-GO. Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/6444580196034819>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0003-1639-9581>>. E-mail: mcspadial@gmail.com

10 Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/7070035424618980>>.

blico com a precarização das relações que podem contribuir com o surgimento e agravamento de doenças ocupacionais, como ocorre com trabalhadores e trabalhadoras atendidos(as) na Gerência de Saúde e Segurança do Trabalho (GERSAU) da Prefeitura Municipal de Goiânia, Goiás. Os fatores de risco de ordem estrutural impactam a saúde do trabalhador, por isso a exposição desta breve análise sobre as condições vivenciadas na divisão social e técnica do trabalho, onde, mesmo em diferentes espaços ocupacionais, esses fatores estão inseridos no mesmo tecido social e político, sob a mesma lógica de produção.

A consciência crítica sobre a dialética do trabalho na sociedade capitalista envolve a apreensão da totalidade em suas múltiplas dimensões e valorização em uma sociedade burguesa com prevalência da propriedade privada, acúmulo e concentração de riquezas para uma minoria e concentração de miséria para a maioria dos trabalhadores e trabalhadoras.

A reestruturação produtiva e a base da precarização do trabalho

O panorama global na perspectiva sócio-histórica possibilita associar elementos estruturantes que incidem no mundo do trabalho e se materializam na dinâmica local a partir da crise estrutural do capital e do capitalismo no plano mundial, a partir dos anos 70 com a ruptura com o modo de produção fordista e a adoção do toyotismo. A nova organização do processo de trabalho visa potencializar as exigências e meios para aumentar a produção em menor tempo por meio da realização de múltiplas funções por trabalhadores e trabalhadoras (polivalência), subcontratações que denotam baixos salários e cooptação da força intelectual que se consagrou como precarização do trabalho travestido de inovações e de progresso direcionado, exclusivamente, para o mercado.

A acumulação flexível, além do caráter universal, caracterizou-se por um duplo movimento, ou seja, não se restringiu a adequar apenas às necessidades de demanda da sua gênese, em razão da superprodução, mas, sobretudo, adequou-se à nova e grande base técnica do capital, advindo da inserção das tecnologias microeletrônicas na produção. Exigiu, assim, flexibilidade nos processos, esta-

TRABALHO ASSOCIADO, AUTOGESTIONADO E AGROECOLÓGICO: reflexões sobre a classe camponesa e seu mundo do trabalho

Cristiano Apolucena Cabral¹

Eva Emilia Freire do Nascimento Azevedo²

Introdução

No debate sobre o mundo do trabalho, normalmente, predomina a discussão sobre trabalhadores e trabalhadoras em contextos urbanos, que fazem parte do mercado de trabalho, que vendem sua força de trabalho em troca de um salário para, a partir deste, satisfazerem suas necessidades biológicas, sociais, culturais e políticas, criando como consequência mais-valia e lucro para os(as) que exploram sua força de trabalho.

Neste texto, debate-se sobre um outro sujeito que não tem como condição, *a priori*, vender sua força de trabalho enquanto determinação ontológica: os(as) camponeses(as). Diferentemente daqueles(as) que, absolutamente vivem de seus salários, os(as) camponeses(as) não vendem sua força de trabalho; possuem ou lutam para possuir a terra-trabalho, seus meios de produção, o controle de sua jornada de trabalho e a renda de seus produtos, quando comercializados. Nesse sentido, pode-se afirmar, a partir das concepções de Marx (1980), que estes(as) trabalhadores(as) são uma classe não-capitalista.

1 Filósofo, Pedagogo e Sociólogo. Doutor e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso. Docente efetivo do quadro da Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8968583181133770> E-mail: crisprelazia@yahoo.com.br
2 Assistente Social. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Docente colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFMT. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7019234496158809> ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6732-9597> E-mail: eva.efna@gmail.com

O trabalho da classe camponesa é assim: nem produtivo³ e nem improdutivo⁴, ou seja, não é gerador de mais-valia e nem é prestador de serviço. Ainda, mesmo que os(as) camponeses(as) produzam mercadorias, estas, não necessariamente, possuem trabalho excedente, ou seja, trabalho não pago, base para a mais-valia.

Nesse sentido, a discussão aqui proposta pretende debater o trabalho da classe camponesa a partir daqueles(as) que a fazem mediante práticas de trabalho associado, autogestionado e agroecológico. Para tanto, utiliza-se da pesquisa bibliográfica, fundamentada no materialismo histórico-dialético e, também, das reflexões resultantes das pesquisas de campo realizadas pelo autor e autora.

Embora as experiências de produção associada e autogestionada tenham assumido maior destaque em função de mudanças no mundo do trabalho, especialmente, a partir da década de 1980, essas remontam a períodos históricos mais longínquos. No âmbito do campo, muitas dessas práticas já eram aplicadas tendo como base a agroecologia. Contudo, nota-se que esse debate vem se fortalecendo nas últimas décadas, especialmente, em contraposição ao agronegócio, ressaltando a importância da conservação da natureza, da sua biodiversidade, das águas, dos saberes tradicionais, contra os pacotes de veneno (agrotóxicos), das lutas em defesa das sementes, e da reforma agrária.

Este texto, organizado em duas sessões, aborda na primeira o modo de produção camponês: trabalho associado e autogestionado e, na segunda apresenta a discussão do trabalho agroecológico: equilíbrio entre ser humano e natureza. Sem qualquer intenção de esgotar o tema, pretende-se aqui trazer luz ao trabalho camponês, que possui em si um tripé oposto ao mundo do trabalho capitalista.

Modo de produção camponês: trabalho associado e autogestionado

O modo de produção camponês (Tepicht *apud* Velho, 1974) não é hegemônico como o modo de produção capitalista, mas lhe

3 “É produtivo o trabalhador que executa trabalho produtivo. E é produtivo o trabalho que gera diretamente mais-valia, isto é, que valoriza o capital” (Marx, 1978, p. 71).

4 “É trabalho que não se troca por capital, mas diretamente por renda, ou seja, por salário ou lucro [...]”. (Marx, 1987, p. 137).

ASSISTENTES SOCIAIS EM RESISTÊNCIA E LUTA: aproximações a um coletivo contra a exploração do trabalho

Itanamara Guedes Cavalcante¹

Magaly Nunes de Góis²

Vera Núbia Santos³

Introdução

As novas configurações da produção capitalista na contemporaneidade – denominada acumulação flexível – tiveram início no Brasil nos anos 90, com a introdução do novo padrão de produção e gestão de trabalho, ancorado no que se denominou de reestruturação produtiva, na qual a implantação do Estado Neoliberal, por meio da contrarreforma do Estado, configurou-se um ponto fulcral. As alterações no processo de produção atingiram na sua centralidade a questão social, trazendo novas expressões e estratégias de enfrentamento que impactaram diretamente no mercado de trabalho de assistentes sociais. Neste sentido, há que se observar a necessidade de uma interpretação crítica no interior do Serviço Social, considerando sua condição de uma especialização do trabalho coletivo inscrito na divisão sociotécnica do trabalho, e que intervém diretamente no enfrentamento das sequelas da questão social, principalmente, na atuação de profissionais junto às políticas sociais públicas e privadas.

1 Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela UFPE. Assessora da Secretaria Geral da Presidência da República. Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/1418214804942691>>. ORCID: <<https://orcid.org/0009-0009-5716-9556>>. E-mail: itaenesso@yahoo.com.br

2 Assistente Social. Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/2522898685086461>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0001-9881-1917>>. E-mail: magalyngois@gmail.com

3 Assistente Social. Mestre e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos, Formação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de Sergipe (GEPSSO/UFS). Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/4068015375518960>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-9040-7140>>. E-mail: venus_se@uol.com.br

A análise do significado social da profissão com base na compreensão do trabalho do(a) assistente social como parte do trabalho social e coletivo da sociedade permite entender que as novas configurações do mundo do trabalho requerem atribuições de novas requisições e competências e alteram o processo de contratação, as condições de trabalho, o salário e a sua organização política. Este é o contexto que permite compreender o surgimento de novas formas de resistências na categoria ante os impactos das alterações no mercado de trabalho e sua nova morfologia, situando na relação do estatuto de trabalhador(a) assalariado(a) frente ao Projeto Ético-Político Profissional (PEPP) do Serviço Social brasileiro.

O presente texto toma este movimento para apresentar um estudo teórico-metodológico sobre a experiência do Coletivo de Assistentes Sociais Resistência e Luta, de Sergipe, em articulação e análise com a pesquisa desenvolvida junto ao Conselho Federal de Serviço Social sobre o trabalho de assistentes sociais no Brasil (CFESS, 2022). Tem por objetivos compreender de que forma as determinações do sistema capitalista monopolista financeiro no mercado de trabalho interferem no processo político organizativo dos(as) assistentes sociais, tendo por pano de fundo a análise comparativa do perfil de assistentes sociais no Brasil e em Sergipe, à luz das pesquisas desenvolvidas pelo CFESS e pelo Coletivo, com especial atenção às suas estratégias de mobilização de profissionais, a partir das bandeiras de lutas e as conquistas do Coletivo.

O estudo caracteriza-se como exploratório, qualitativo, documental e tipo bibliográfico; os procedimentos metodológicos utilizados foram pesquisa bibliográfica em artigos e livros sobre a temática; a catalogação de documentos do Coletivo que expressam a opinião a respeito das pautas do Serviço Social e da classe trabalhadora sergipana; para a interpretação dos dados coletados usamos a técnica de análise de conteúdo, para buscar apreender conceitos como flexibilização e desregulamentação do mundo do trabalho e organização política do Serviço Social.

Assistente social, trabalho assalariado e condições de trabalho

O Serviço Social brasileiro é uma profissão jovem ainda nos marcos da sua octogésima década, regulamentada como profissão

TRABALHO, PRECARIZAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL: Desafios e Perspectivas na Formação Profissional

Carla Agda Gonçalves¹³

Patrícia Basílio Teles Stabile¹⁴

Valdir Nunes da Silva Netto¹⁵

Introdução

A relação entre trabalho e Serviço Social é um tema central para a análise crítica das sociedades capitalistas. O Serviço Social, como profissão comprometida com a justiça social, encontra no materialismo histórico-dialético uma base epistemológica sólida para entender e intervir nas complexas e dinâmicas relações de exploração e alienação que caracterizam o mundo do trabalho.

Vale ressaltar que a categoria trabalho emerge, diante do amadurecimento profissional do Serviço Social, como fundante e tem sua centralidade indissociável da compreensão engendrada na sociedade capitalista em seu processo de produção e reprodução das relações sociais. É sob essa perspectiva que os fundamentos da profissão ganham materialidade, tanto na formação acadêmica do(a) assistente social quanto em seu trabalho cotidiano, nos diferentes espaços

13 Assistente Social. Pós-Doutora em Serviço Social pela UNESP. Doutora (2013) e Mestre (2006) em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/802438437880299>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-5871-3324>>. E-mail: carlaagdaufg@gmail.com

14 Assistente Social. Doutora em Educação pela Universidade de Brasília (UnB, 2023). Mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (UNESP Franca-SP). Professora Associada do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Goiás (UFG). Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/0795230417023939>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-9376-9753>>. E-mail: patriciaestabile@ufg.br

15 Assistente Social. Mestre em Política Social pela Universidade Federal de Mato Grosso (PPFMS/UFMT – 2023). Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Goiás (UFG Regional Goiás – 2016). Especialista em Gestão em Serviço Social e em Projetos Sociais. Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/0181387125445959>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-0003-154X>>. E-mail: valdirnetto@hotmail.com

sócio-ocupacionais em que o(a) profissional se insere.

Neste sentido, este capítulo examina essa relação, focando na formação profissional dos(as) assistentes sociais e seu exercício no contexto das relações de trabalho contemporâneas. Longe de parcializar e fragmentar o debate, mas sim trazer de forma mais didática, inicialmente elucidamos alguns elementos que permitem a compreensão da categoria trabalho no contexto da sociedade capitalista. Em um segundo momento, adentramos ao debate do trabalho do(a) assistente social, finalizando com aspectos fundantes que recaem na formação acadêmico-profissional e as perspectivas desafiantes que se impõem ao exercício profissional na contemporaneidade, dado aos avanços tecnológicos e processos informacionais.

Trabalho no Contexto Capitalista

Para compreender a relação entre trabalho e Serviço Social, é essencial partir da análise marxista do trabalho diante de uma: “sociedade que é produto de relações sociais, de ações recíprocas dos homens entre si, no complexo processo de reprodução social da vida. O mundo social é um mundo de relações” (Yazbek, 2009, p. 165)

No capitalismo, o trabalho é a principal fonte de valor e, simultaneamente, de exploração, posto que este trabalho humano é apropriado pelas leis econômicas, pelo fetiche, sendo o dinheiro em primeiro lugar e a propriedade privada que o segura, ou seja, aquele trabalho gerado pela população (a força de trabalho) é apropriado por alguém e esse alguém o coloca em uma situação de valorização, mas que é detido por uma parte, por quem tem os meios de produção, fazendo com que a classe trabalhadora perca o controle de sua própria força de trabalho.

Assim, a força de trabalho é a única mercadoria que consegue ter variação de tempo, ou seja, consegue-se variá-la pelo seu tempo. E, com isso, aumenta a produtividade, desencadeada por outros elementos. Isto quer dizer que é a única mercadoria que varia e que gera valor – que é a mais-valia. Infere-se, com isto, que a sociedade sustenta este mundo e não a economia apenas pela mercadoria e pelo dinheiro.

UMA CONSCIÊNCIA NECESSARIAMENTE NEGRA: a centralidade do debate da consciência de classe no projeto de formação do Serviço Social brasileiro

Júlio César Marinho Santos¹

Ruteléia Cândida de Souza Silva²

Introdução

Mauro Iasi (2022) destaca que o estudo dos processos de consciência no seio do marxismo busca empreender respostas, concomitantemente, a duas questões fundamentais: as determinações ideológicas e hegemônicas de um mundo que impõe às consciências dos sujeitos que compõem a classe trabalhadora estratégias de justificação e manutenção da atual ordem social; e as formas pelas quais essas consciências questionam o *status quo* e se colocam enquanto uma consciência de classe a favor das transformações sociais.

Em contribuição anterior, o mesmo autor define a consciência enquanto um processo “múltiplo e uno” e a compreende de forma materialista e dialética na qual, inicialmente, a consciência é formada como uma representação mental imediata da vida social enquanto a alienação se caracteriza como o primeiro momento dessa forma de consciência, como uma expressão das relações de produção fetichizadas, em que o ser humano se distancia de sua própria natureza (Iasi, 2011).

1 Assistente Social. Mestre e Doutorando em Política Social pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/2851045168343507>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-6999-6606>>. E-mail: julioanmarinho@outlook.com

2 Assistente Social. Pós-doutora em Serviço Social pela UFRJ. Mestre e Doutora em Política Social, pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/4393932625470768>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-1833-9040>>. E-mail: ruteleia.silva@ufmt.br

Afirma, ainda, que a negação desses processos alienantes se expressa como a consciência “em si”: a reivindicação, o descontentamento, a negação das relações materiais de dominação e opressão. Todavia, a passagem da consciência “em si” para a consciência “para si” se dá, sobretudo, mediante o objetivo revolucionário, da apreensão, no interior da sociedade burguesa, dos limites do capital e a necessidade de sua superação (Iasi, 2011).

Esse debate no interior do Serviço Social brasileiro se alinha à construção do projeto ético-político profissional iniciado na última quadra do século XX e se coloca em oposição à ordem social hegemônica. Ao mesmo tempo em que o estudo e a investigação dos processos de formação da consciência e da alienação passam a ser priorizados e apontam para “mediações necessárias” na apreensão da realidade social em toda a sua complexidade, o que inclui tanto os seus desafios quanto as possibilidades concretas vivenciadas pelos sujeitos profissionais na defesa do projeto profissional em vigor (Ortiz, 2012).

Conforme relata Fátima Grave Ortiz (2012, p. 18), este é um “[...] projeto profissional vinculado a um projeto de sociedade que, assim como todos os projetos coletivos, não prescinde dos sujeitos. São os homens e mulheres, enquanto indivíduos sociais, “[...] que vivenciam em todas as suas expressões os dilemas e as potencialidades de um projeto coletivo [...]”. Diante da complexidade que permeia toda a realidade social, esses indivíduos sociais não podem prescindir do movimento de apreensão e conhecimento dos princípios e ideais que os regem. Todavia, “[...] esta não é uma tarefa simples. Ao contrário, tais sujeitos não estão imunes aos efeitos alienadores do fetichismo e da reificação presentes na sociedade burguesa (Ortiz, 2012, p.18).

Além do mais, os processos históricos alienantes são próprios das sociedades, nas quais a propriedade privada e divisão social do trabalho se fazem presentes, como alertaram Karl Marx e Friedrich Engels no livro *A Ideologia Alemã* (1998). Numa sociedade cindida em classes, como a capitalista, são as ideias da classe dominante que são as hegemônicas. Hoje, como parte desse fenômeno, no mundo neoliberal, termos como empreendedorismo, meritocracia, competitividade, dentre outros, são proeminentes nas mídias sociais, jornais

MUDANÇAS NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E SEU IMPACTO SOBRE O TRABALHO EM SAÚDE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA DE ITABERAÍ (GO)

Caroline Silva da Luz¹

Tereza Cristina Pires Favaro²

Introdução

Proposta como o primeiro contato da população usuária com a rede assistencial do Sistema Único de Saúde (SUS), a atenção primária é pautada na integralidade, justificando, portanto, a necessidade de reorganização do processo de trabalho, voltado à autonomia, qualificação, troca de saberes e diálogo. Marx (2013) nos ensina que, por meio do trabalho, o ser social está em constante transformação, cria e modifica a natureza de acordo com as suas necessidades humanas. Sob a égide capitalista, o trabalho se apresenta como forma de manutenção da vida para a exploração e extração da mais-valia, à medida que atende aos interesses do capital e se contrapõe aos dos trabalhadores. Em um contexto em que o Estado se mostra mínimo na prestação dos serviços públicos e no atendimento das demandas da classe trabalhadora ao não assegurar proteção social, a Atenção Primária à Saúde (APS) vem assumindo um modelo assistencial fragmentado, predominantemente biomédico, somado a um modelo gerencial, ao qual intensifica o trabalho na produtividade e na lógica do desempenho que sedimenta a alienação (Luz, 2022).

No Brasil, a Atenção Primária à Saúde é definida como um conjunto de ações de saúde, individuais e coletivas, voltadas à pro-

1 Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Goiás (UFG) Campus Goiás. Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/9835529664178746>>. ORCID: <<https://orcid.org/0009-0005-3981-406>>. E-mail: carolluz15@gmail.com

2 Assistente Social. Professora do curso de Serviço Social UFG Campus Goiás e do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde HC-UFG/Ebserh. Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/6338633458319060>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0003-4265-9965>>. Email: terezafavaro@ufg.br;

moção, proteção, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e redução de danos, a fim de desenvolver uma atenção integral à saúde individual e à coletiva. É o nível de atenção que organiza a rede e coordena o cuidado em saúde, pautando-se nos princípios doutrinários e organizacionais do SUS (Brasil, 2021).

Tais orientações são impactadas pela contrarreforma do Estado brasileiro que atingiu a política de saúde e se manifesta na restrição do financiamento público, do rompimento do conceito de integralidade, por meio da dicotomia entre ações curativas e preventivas, da separação do atendimento básico e da referência ambulatorial e especializada (Conselho Federal de Serviço Social, 2010), com mudanças substanciais no trabalho em saúde.

Ao longo dos anos, o SUS tem se distanciado do preceito constitucional, diante do aprofundamento da política neoliberal ditada pelo Consenso de Washington (1989), com a precarização do orçamento destinado ao financiamento das políticas sociais e o enfrentamento da questão social com ações compensatórias e seletivas. Isso porque o Estado se mostra mínimo na prestação dos serviços públicos e no atendimento das demandas da classe trabalhadora, assumindo contornos de uma desproteção social (Behring; Boschetti, 2011).

Recorda-se que em 2016, como consequência da política de austeridade econômica assumida pelo governo Michel Temer (2016-2018), foi promulgada a Emenda Constitucional n.º 95, que estabeleceu um teto para as despesas primárias, ou seja, congela os recursos destinados às políticas sociais de saúde, assistência social, educação, dentre outras, por 20 anos a partir de 2016 (Brasil, 2016). Em termos sociais, fragiliza a rede de proteção social, com agravos à população brasileira tendo em vista que o investimento público fica limitado ao ano anterior, reajustado pela inflação acumulada, desconsiderando, assim, o aumento populacional, bem como as particularidades das áreas sociais. Nota-se por trás da aprovação da Emenda Constitucional n.º 95 um programa de privatização acompanhado de retirada de direitos, concentração de renda e exclusão social.

De acordo com Castilho e Lemos (2021), na política de saúde convivem em tensão os projetos da reforma sanitária e o privatista, sendo favorecido o último, o qual aposta na produção da doença

SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA: novo ensino médio, concepções de educação e o canto da sereia¹

Cristiano Costa de Carvalho²

André Monteiro Moraes³

Eliana Bolorino Canteiro Martins⁴

Introdução

O Novo Ensino Médio (NEM) tem sido debatido em diversos espaços por pesquisadores(as) e profissionais da educação na busca de compreensões sobre os sentidos, concepções e condições objetivas para o desenvolvimento de práticas pedagógicas e das políticas educacionais em torno dos elementos apresentados na Lei n.º 13.415/2017 e suas consequências teóricas e práticas.

Na mídia, quando aparece a discussão, muitas vezes, é tratada por *pseudo* especialistas em educação ou comentaristas que cumprem o papel de reproduzir e legitimar o discurso do mercado e massificar o apoio à reforma conservadora de influência de organismos multilaterais/neoliberais de forma imediatista e pragmática, com foco apenas nos interesses do mercado.

1 Parte do trabalho foi apresentado na XI Jornada Internacional de Políticas Públicas (JOINPP) organizada pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA, São Luís, Brasil) no mês de setembro de 2023.

2 Assistente social. Doutorando em Serviço Social na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Campus de Franca (UNESP, Franca, Brasil). Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/2162597632094345>>. ORCID <https://orcid.org/0000-0001-6523-5917>>. E-mail: cristiano.c.carvalho@unesp.br

3 Assistente social. Mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, Campina Grande, Brasil). Doutorando em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN, Natal, Brasil). Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/9610990840761763>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0003-3425-0457>>. E-mail: andre.monteiro063@gmail.com

4 Assistente social. Doutora em Serviço Social pela PUC-SP (PUC-SP, São Paulo, Brasil). Pós-Doutora em Serviço Social (UERJ, Rio de Janeiro, Brasil). Docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Livre Docente pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Campus de Franca (UNESP, Franca, Brasil). Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/2929215848523448>>. ORCID <<https://orcid.org/0000-0002-7796-8437>>. E-mail: eliana-canteiro@terra.com.br

De forma geral, o NEM, conforme preconizado pelo Ministério da Educação (MEC, s/d, 2023), estabelece uma mudança na estrutura do Ensino Médio (EM), ampliando o tempo mínimo do estudante na escola de 800 horas para 1.000 horas anuais [...] e define uma nova organização curricular, mais flexível, que contemple uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a oferta de diferentes possibilidades de escolhas aos estudantes, os itinerários formativos, com foco nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional.

A mudança tem como objetivos garantir a oferta de educação de qualidade a todos os jovens brasileiros e de aproximar as escolas à realidade dos estudantes de hoje, considerando as novas demandas e complexidades do mundo do trabalho e da vida em sociedade (MEC, 2023).

No entanto, para além do discurso governamental e do mercado, o processo de implementação do NEM tem se apresentado contrário à histórica luta dos profissionais, intelectuais e movimentos sociais em defesa da educação, destacando a face mercadológica e excludente que o NEM propõe ao promover no país, em termos práticos e políticos, mais um dispositivo de dominação e que “reúne esforços para a criação de consensos, naturalização e reprodução do modo de vida assentado no capitalismo” (Figueiredo e Maciel, 2023, p. 78).

O presente artigo se constitui em um ensaio teórico com base em pesquisa bibliográfica e documental, produzida a partir das reflexões desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista (FCHS/UNESP) e do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na área da Educação (GEPESSE)⁵, e tem como objetivo geral realizar uma leitura das políticas educacionais no Brasil a partir da Lei n.º 13.415/2017 sobre o viés da concepção da educação histórico-crítica e das particularidades constitutivas da direção estratégica do Social do Serviço Social sobre educação e, consequentemente, trazer

5 O Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na área da Educação (GEPESSE) é um grupo de pesquisa interinstitucional vinculado aos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Campus de Franca (UNESP, Franca, Brasil), Faculdade de Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (FSS, UERJ, Rio de Janeiro, Brasil) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA, Salvador, Brasil).

SERVIÇO SOCIAL E A IMPORTÂNCIA DA CULTURA NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Maria Clara Pereira Soares¹

Introdução

Abordar a categoria cultura no exercício profissional é de extrema importância pelos resultados que a intervenção, desse modo, pode nos proporcionar. A atuação do(a) Assistente Social está intrinsecamente ligada aos sujeitos coletivos, comunidades e ao cotidiano, e a cultura permeia todas essas dimensões. Assim, compreender a dinâmica cultural é essencial para uma intervenção eficaz e relevante.

A cultura não apenas forma sujeitos coletivos atuantes em movimentos artísticos e culturais, mas também se insere na luta de classes. Os movimentos culturais, muitas vezes, refletem e influenciam as condições sociais e econômicas dos grupos envolvidos. Portanto, entender a conjuntura que perpassa a organização dos produtores e artistas culturais é essencial para compreender como esses agentes se movimentam e se posicionam dentro da sociedade.

A origem do Serviço Social está profundamente ligada à criação das políticas sociais, especialmente, em momentos de contenção das lutas sociais. Historicamente, a profissão surgiu em resposta às necessidades sociais emergentes. A partir do momento em que a profissão rompe com o conservadorismo e adota uma postura crítica, ela se alinha à construção dos movimentos de classe. Essa ruptura permite ao(a) Assistente Social atuar de forma engajada e comprometida com valores emancipatórios.

Através da compreensão e valorização da cultura, o(a) Assistente Social pode contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, onde as expressões culturais são reconhecidas e valorizadas como parte fundamental da identidade e da luta dos sujeitos coletivos.

¹ Assistente Social. Doutoranda em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestre em Ciências Sociais e Humanas pela UFABC (2018). Pesquisadora do Núcleo de Estudo e Aprofundamento Marxista (NEAM- PUC). Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/0464088801511547>>. E-mail: mariapsoa@gmail.com

Em suma, a cultura é um elemento essencial no exercício profissional do(a) Assistente Social. Através da intervenção cultural, é possível promover o “empoderamento” dos sujeitos coletivos, fortalecer os movimentos sociais e contribuir para a transformação social. Entender a cultura e seus impactos é, portanto, uma condição importante para uma prática profissional comprometida com o projeto ético-político e na perspectiva da construção de uma nova ordem societária.

Sendo assim, este capítulo aborda a necessidade de o Serviço Social agregar o tema da cultura em sua intervenção cotidiana profissional. Para compreender esse processo, analisamos o conceito de cultura inspirada na tradição marxista. Marx e Engels definem cultura como um fenômeno de natureza material, que compõe o processo de transformação do ser humano em um ser social. Entender a cultura nessa linha de pensamento implica reconhecer que ela também molda o modo de vida e, consequentemente, contribui para determinar o funcionamento da sociedade, como as classes se estruturam e se sustentam.

Compreender o modo de vida que fundamenta o capitalismo significa entender a cultura estabelecida em determinado lugar e tempo histórico, ou seja, o contexto em que o ser social está inserido. Para problematizarmos todo esse processo, dividimos este texto em duas partes centrais. Na primeira, exploramos o desenvolvimento histórico da profissão de Serviço Social até sua conjuntura atual, a fim de compreender o contexto em que a profissão surgiu e se desenvolveu. Na segunda parte, discutimos o contexto da luta de classes na formação sócio-histórica do Brasil, as revoltas e manifestações que ocorreram até a conformação do Brasil contemporâneo. Enfatizamos que a luta de classes está intrinsecamente ligada à luta da população negra contra a escravização e o racismo, bem como às lutas culturais, especialmente, em torno de pautas que demandam maior investimento em políticas públicas culturais.

Por fim, destacamos o papel do Serviço Social no envolvimento com essa discussão e com a luta política na realidade concreta, considerando sua atuação no seio da classe trabalhadora pauperizada e demandante de políticas sociais.

O TRABALHO NAS PLATAFORMAS DIGITAIS: A MATERIALIZAÇÃO DO MAIS-VALOR GERADO PELA SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO DOS MOTORISTAS QUE ATENDEM POR APLICATIVOS¹²

Karlla Stricker Mendes¹³

Introdução

A pandemia do Coronavírus (Covid-19), somada ao modo de produção capitalista, vem intensificando as mais diversas precariedades no mundo do trabalho, atingindo diretamente os trabalhadores brasileiros nas suas diversas áreas de atuação. Aprofunda-se a informalidade, sendo essa mais regra do que exceção. As “novas” formas de trabalho se materializam, com destaque para o trabalho nas plataformas digitais, vindas de um processo histórico do capitalismo, onde a classe que vive da venda de sua força de trabalho presencia “novidades” nas formas de controle e repressão, alimentadas pelos ‘administradores-capitalistas’. Esse contexto se acelera e intensifica o processo de plataformização do trabalho, nos mais variados campos, tais como: Ensino a Distância (EAD), “lives”, trabalhos remotos, e principalmente o trabalho intermediado por aplicativos, dentre eles o de mobilidade urbana de passageiros e de entrega de alimentos.

A análise do trabalho nas plataformas digitais, em uma perspectiva marxista, nos permite considerar que ele se faz parte da estrutura de geração de valor. Presencia-se a superexploração da força de trabalho, com longas jornadas diárias (08, 10, 12 horas),

¹²Estudo desenvolvido como trabalho final na disciplina Sociologia do Trabalho, do programa de Pós-Graduação em Sociologia-UNB, ministrada pelo Professor Dr. Ricardo Fausti.

¹³ Doutoranda em Política Social (UNB). Mestra em Serviço Social. Graduada em Serviço Social. Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/9761788673046095>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0003-3522-8753>>. Email: karllastricker@yahoo.com.br

que se estende aos fins de semanas e feriados, ausência de direitos trabalhistas, dispensas sem justificativas, baixa remuneração, “individualização, inviabilização e práticas de jornadas extenuantes” (Antunes, 2021, p. 34). Portanto, a ampliação ilimitada da extração da força de trabalho, que nos remete aos primórdios do capitalismo, pode muito bem ser denominada como escravização do trabalhador na era digital. O trabalho plataformizado é uma dimensão-chave do capitalismo contemporâneo, é trabalho de produção de dados e de algoritmos, “programados para controlar e intensificar rigorosamente os tempos, ritmos e movimentos da força de trabalho” (Antunes, 2021, p. 34). As plataformas digitais, por meio de programas e dispositivos como os aplicativos, os computadores de última geração, os tablets que facilitam o transporte do equipamento, o teletrabalho como modo de trabalho, exemplificam como se dá a acumulação do capital nesses tempos telemáticos. Esse “novo” proletariado, que está sujeito a exploração e precarização, é socialmente importante e se destacou durante a pandemia como, por exemplo, na entrega de alimentos e na mobilidade de pessoas e de produtos, entretanto, foram e são tratados como “escravizados” pelas plataformas, que almejam o lucro incessante por meio da exploração de sua força de trabalho.

No Brasil, segundo os dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA, 2021), cerca de 1,4 milhão de pessoas no Brasil trabalham por meio de aplicativos de transporte de passageiros ou mercadorias, o que representa 31% do total estimado de 4,4 milhões de pessoas alocadas no setor de transporte. No final de 2012, o país tinha 484 mil pessoas cuja principal fonte de renda era os serviços de transporte por aplicativo, segundo o IPEA. Passa-se a acolher milhares de “excluídos” do mercado de trabalho formal em um cenário de crise econômica, pois essa forma se coloca como alternativa de emprego para garantir, muitas vezes, uma parcela ou a totalidade de sua renda.

Nesta perspectiva, compreendemos ser de fundamental importância analisar as condições e as relações dos trabalhadores por aplicativos, entregadores e motoristas, compreendendo que sua força de trabalho participa do circuito gerador de mais-valor. Independentemente da cidade ou empresa que está inserido, permanece a sua exploração, sendo que a uberização, um dos modelos dessa nova

A DISCREPÂNCIA ENTRE O AVANÇO TECNOLÓGICO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E A PARIDADE DE GÊNERO NO BRASIL

Karla Fabiana Gomes da Silva¹

Geruza Silva de Oliveira Vieira²

Introdução

O presente trabalho discute a discrepância entre o avanço tecnológico e a paridade de gênero no Brasil, partindo do pressuposto de que as desigualdades sociais de classe devem ser analisadas mediante um diálogo com outros fatores que excluem certos grupos dentro da sociedade. Melhor dizendo, um aprofundamento sobre a diáspora e as suas consequências, por exemplo, possibilita apreender que, apesar de fazer parte de uma mesma classe social, algumas pessoas não são tratadas do mesmo modo, ou seja, elas experienciam condições de uma vida de privação, exclusão e racismo que outros indivíduos não sentiram ou irão sentir. Através destas considerações iniciais é possível perceber a importância da verificação de um fenômeno amparado na totalidade, subjetividade e historicidade (Ortegal, 2018).

Saffioti (1976) explica que a opressão da mulher é anterior ao capitalismo, mas foi neste sistema pela sua lógica de acumulação e contradições que aconteceu uma intensificação deste problema, porque o sexo feminino é explorado duplamente, ou seja, fora de

1 Mestre em Política Social pelo Programa de Mestrado em Política Social - PPGPS/Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Especialista em Direito Administrativo. Advogada. Professora de Direito. Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/5521591462802354>>. ORCID: <<http://orcid.org/0000-0002-6554-1604>>. E-mail: profa.karlafabiana@gmail.com

2 Mestre e Doutora em Sociologia. Pós-Doutora em Ciências da Religião. Professora adjunta na Universidade Federal de Mato Grosso/Instituto de Ciências Humanas e Sociais do Campus Araguaia. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Política Social-PPGPS/UFMT (Mestrado e Doutorado) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS/UFMT (Mestrado). Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/7868377618598058>>. ORCID: <<http://orcid.org/0000-0002-4196-9235>>. E-mail: geruza.vieira@ufmt.br

casa, com jornadas pesadas e salários não condizentes e inferiores aos dos homens, e também nos afazeres domésticos que produzem e reproduzem a força de trabalho, mas ressalta que se o capitalismo for extinto isto não significa afirmar que a igualdade será alcançada. A autora disciplina, ainda, que o fenômeno da violência contra a mulher é semelhante a um “nó” que comporta a articulação de gênero, raça e classe. Quer dizer, a mulher é oprimida em razão do gênero feminino, principalmente, se ela não fizer parte da classe social ou raça dominante.

De acordo com Cisne e Santos (2018), a relação composta de exploração e apropriação do trabalho junto com a divisão sexual do trabalho reforça a opressão e a exploração da mulher enraizada na formação histórica do Brasil, que resultou no sistema “heteropatriarcal-racista-capitalista”. O patriarcado está atrelado a um discurso ideológico da existência de um modelo em que a família e a sociedade naturalizam e permitem que o homem domine, exerça poder sobre a mulher, seja ela namorada, esposa ou filha.

Esta dominação masculina pressupõe, portanto, a figura do homem hétero, que recebeu desde os primórdios os direitos, enquanto para as mulheres foram reservados os deveres de desempenhar somente os papéis que lhe foram atribuídos socialmente, ou seja, esposa e mãe. Além disto, profissões que contenham tais características são ocupadas majoritariamente pelo sexo feminino como, por exemplo, “enfermeira, professora primária, cozinheira e bordadeira [...] ligam-se diretamente às atuações e disputas de poder” (Colling e Tedeschi, p. 249).

Neste sentido, a desigualdade de gênero enfrentada pela mulher para se inserir no mercado de trabalho, desempenhar funções diversas daquelas que tenham como finalidade o cuidado, bem como de permanecer no ambiente de trabalho pode ser observada no resultado da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgado pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), onde consta que a taxa de desocupação entre mulheres e indivíduos negros (pretos e pardos) excedeu a média nacional no final de 2023. Enquanto o país registrou uma taxa de desemprego de 7,4% no último trimestre de 2023, a taxa entre mulheres foi de 9,2% e entre homens foi de 6%.

TREINAMENTO DOS *IDOLS*: preparação laboral e dispositivos legais sul-corea- nos para *trainees* no *K-Pop*¹

Helmer Marra²

Introdução

O treinamento, enquanto parte da sistemática da Indústria de *K-Pop*, surgiu durante a década de 1990 com o aumento dos investimentos estatais no setor cultural e as necessidades de produtores culturais e empresas sul-coreanas de lançar novos modelos de produtos para o mercado musical, o que gerou o termo ‘fórmula’ de *idols* (ídolos). O básico desse formato consiste em captar jovens talentos por meios de audições realizadas por empresas de entretenimento sul-coreanas. Posteriormente, esses jovens talentos, que passam na peneira das audições, são submetidos a um treinamento, composto de aulas de atuação, canto, dança, ética, línguas estrangeiras e rap para se aperfeiçoarem até chegarem ao modelo de *idol* (ídolo) desejado pelos agenciadores. Desse processo, poderão ser formados solistas ou grupos, com quantidades variadas de membros, os quais ao final deste processo de formação se comprometem a promover o programa estabelecido pela empresa contratante, sem recebimento de grandes quantias monetárias, até que os recursos investidos em sua formação sejam retornados à respectiva empresa.

Dentro dessa perspectiva, a temática do treinamento dos *Idols* torna-se relevante pela pequena quantidade de produções científicas que tenham enfoque somente nessa parte no cosmo da Indústria de

1 Parte do material aqui apresentado advém da minha dissertação de Mestrado, modificada com novas leituras e alterações significativas no corpo do texto, assim como revisões por terceiros. Logo, qualquer erro que permaneça é de minha responsabilidade.

2 Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Federal da Paraíba. Especialista em Cooperação Internacional e Políticas Públicas pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Bacharel em Direito pela Universidade Evangélica de Goiás (UniEvangélica, Campus Ceres). Pesquisador Associado do Grupo de Pesquisa em Mídia e Cultura Asiática Contemporânea (MidiÁsia) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/0069938919882000>>. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0001-6986-389X>>. E-mail: helmer.marra@gmail.com

K-Pop (Brito, 2020; Choi, 2020). Também há a utilidade de mais textos na academia brasileira, com enfoque nos estudos coreanos como uma parte emergente na área dos estudos asiáticos, e daqueles que tratam da *Hallyu*, expandirem-se para além dos argumentos de poder brando (*soft power*) e revisão da literatura para com os efeitos desse fenômeno sul-coreano. Por muitos trabalhos encontrarem-se em língua coreana, pela origem da temática, e outros em língua inglesa, devido ao pensamento colonialista (Almeida-Santos, 2012), geram-se espaços exclusivistas que dificultam o acesso às informações das publicações nesses idiomas. Com isso, acredito que escrever o texto em língua portuguesa melhore o acesso do conteúdo do presente trabalho para falantes do mundo lusófono.

Somando esforços para incluir mais pesquisas sobre o tema em português, do levantamento bibliográfico posto no trabalho em citações advindas do inglês ou do coreano³, são devidamente colocadas com traduções no corpo do texto e o original em notas de rodapé. Dada a forma de escrita do coreano, advindo de um exclusivismo do *Hangeul*, no ‘alfabeto coreano’ foi adotado tanto a romanização revisada do Instituto Nacional da Língua Coreana⁴ como aquelas oficializadas com nomes de lugares, pessoas, entre outros elementos na composição do texto.

Para além das problemáticas de acesso, nas divisões do texto, após o resumo e a introdução, têm-se dois grandes tópicos de desenvolvimento. O primeiro trata acerca do treinamento em si, descrito como molde, momento em que pormenorizo sobre alguns dos processos de formação de *Idols*, desde as audições até os programas de sobrevivência (*survival shows*) que selecionam os mais aptos desses *trainees* para o ‘trabalho’ de serem ídolos de *K-Pop*⁵. Os não selecionados retornam às suas condições anteriores para mais treinamento. Para fundamentar as temáticas tratadas neste tópico, emprego conceitos convencionados por Brito (2020), Choi (2020; 2023) e Kim (2018) sobre a sistemática de treinamento.

3 Informo que devido à maioria dos textos, se não todos aqueles estrangeiros, provirem do inglês, no qual sou fluente e posso fazer a tradução com mais facilidade, aqueles do idioma coreano eu me encontro no processo de aprendizado. Comprometo-me em publicações futuras a apresentar mais citações com tradução direta da língua coreana.

4 *국립국어원* (*Gug-lib-gug-eo-won*, na romanização coreana revisada) e *National Institute of Korean Language* (NIKL, em inglês).

5 Faço uma ressalva de que, apesar de chamar de trabalho, ser semelhante a tal, a legislação trabalhista sul-coreana não reconhece as práticas dos artistas de *K-Pop*/da cultura popular e das artes, num geral, como um trabalho normativo. Em pesquisas futuras, discutirei melhor sobre essa temática.

Sobre os(as) autores(as)

Alison Cleiton de Araújo

Assistente Social. Doutor em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2022). Professor Adjunto IV do Curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Graduado em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Tem experiência nas linhas de investigação: Fundamentos do Serviço Social; Serviço e Trabalho em Serviços, com ênfase em suas expressões contemporâneas, Infância e Adolescência: rede de proteção social e políticas sociais.

André Monteiro Moraes

Assistente Social. Mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB, Campina Grande, Brasil). Doutorando em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN, Natal, Brasil). Pesquisador vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na área da Educação (GEPESSE).

Carla Agda Gonçalves

Pós-Doutora. Bolsista PNPd/CAPES (2020) em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Doutora (2013) e Mestre (2006) em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Campus de Franca (UNESP, 1998). Especialista em Violência Doméstica contra Criança e Adolescente (VDCA) pela Universidade de São Paulo (USP, 2003). Docente do curso de graduação em Serviço Social e da Residência Multiprofissional em Saúde da Universidade Federal de Goiás (UFG). Docente no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-GO. Vice-Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação Profissional em Serviço Social (GEFORMSS). Docente convidada do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP.

Caroline da Silva Luz

Assistente Social. Graduada em Enfermagem pela Faculdade Anhanguera de Taubaté (2012). Enfermeira na Secretaria do Estado de Saúde do Distrito Federal. Tem experiência na área de Enfermagem, com ênfase em Enfermagem, atuando principalmente nos seguintes temas: trabalho, atenção primária, sistema único de saúde, alienação e política social.

Cristiano Apolucena Cabral

Graduado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Graduado em Pedagogia pela Faculdade Educacional da Lapa. Graduado em Sociologia pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci. Especialista em Sociologia e Educação pelo Instituto Aphonsiano de Ensino Superior. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso. Doutor em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso. Docente efetivo do quadro da Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso.

Cristiano Costa de Carvalho

Assistente Social. Doutorando em Serviço Social na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” campus de Franca (UNESP, Franca, Brasil). Docente no IEC da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (IEC/PUC Minas, Belo Horizonte, Brasil). Bolsista CAPES em período sanduíche no Instituto Superior de Lisboa (ISCTE, Lisboa, Portugal). Pesquisador vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na área da Educação (GEPESSSE).

Eliana Bolorino Canteiro Martins

Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP, São Paulo, Brasil). Pós-Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, Rio de Janeiro, Brasil). Docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Livre Docente pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” campus de Franca (UNESP, Franca, Brasil). Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 2. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na área da Educação (GEPESSSE).

Eva Emilia Freire do Nascimento Azevedo

Graduada e Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Docente colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFMT.

Geruza Silva de Oliveira Vieira

Professora adjunta na Universidade Federal de Mato Grosso/ Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Campus Araguaia. Pós-Doutora pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências da Religião/Escola de Formação de Professores e Humanidades - PUC/Goiás. Graduada em Ciências Sociais. Mestre e Doutora em Sociologia. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Política Social (Mestrado e Doutorado) - PPGPS/UFMT e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPS/UFMT). Possui ênfase em pesquisas relacionadas a Sociologia Clássica, Sociologia Urbana, pesquisas sobre Religião e Suicídio, Trabalho, Sociologia da Educação e Sociologia do Trabalho, Políticas Públicas, Políticas Sociais, Violência Doméstica, Questão Social, Fenômenos Sociais emergentes. Atuou ministrando aulas no Ensino a Distância - EaD em Graduações de Ensino Superior e EaD em curso de Administração Pública UFMT. Experiência com Avaliação Institucional/CPA. Atua como pesquisadora no Grupo de Pesquisa Observatório de Políticas Públicas/UFMT e grupo de Pesquisa Trabalho e Sociabilidade e sobre América Latina. Atua como coordenadora em Projeto de Extensão na UFMT/ICHS/CUA intitulado Educação, Violência, Trabalho e Cidades. É orientadora de trabalhos de cursos, de iniciação científica pelo PIBIC e no Programa de Pós-Graduação em Política Social (Mestrado e Doutorado) e Programa de Pós-Graduação em Sociologia (mestrado).

Gustavo Basílio Stabile

Graduando nos cursos de Engenharia de Transportes pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e no curso de Gestão Financeira na Universidade Estácio de Sá (UNESA). Consultor financeiro no Banco do Brasil. Membro de grupos de estudos e pesquisas nas áreas da Engenharia Civil, Engenharia de Transportes e Ciências Sociais.

Helmer Marra

Mestre (2023) em Ciência Política e Relações Internacionais (Concentração: Política Internacional) pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Bacharel em Direito (2020) pela Universidade Evangélica de Goiás (UniEvangélica, campus Ceres). Pesquisador Associado do Grupo de Pesquisa em Mídia e Cultura Asiática Contemporânea (MidiÁsia) da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Itanamara Guedes Cavalcante

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (UFS, 2006). Mestre em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Assessora na Secretaria Geral da Presidência da República. Assistente Social da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora da Glória. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos, Formação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de Sergipe (GEPSSO/UFS). Professora do Curso de Especialização Lato Sensu Direitos Humanos, Compromisso e Seguridade da Faculdade Pio Décimo, com experiência de atuação profissional nas áreas de Educação, Política Social de Assistência Social, Juventude, Gênero e Controle Social. Experiência como Docente nos cursos de Serviço Social da UFS (2012-2014; 2016-2018), da Faculdade São Luís de França (2019), da Universidade Tiradentes (2010-2011), da Faculdade Mauricio de Nassau (2014-2015); Tutora do Curso de Especialização em Direitos Infanto-Juvenis no Ambiente Escolar (Escola que Protege).

Júlio César Marinho Santos

Assistente Social da Prefeitura Municipal de Cuiabá, com atuação na Política de Assistência Social. Graduado em Serviço Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Mestre e Doutorando em Política Social pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Karla Fabiana Gomes da Silva:

Mestra em Política Social pelo Programa de Mestrado em Política Social-PPGPS/ Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Especialista em Direito Administrativo. Advogada. Professora de Direito.

Karlla Stricker Mendes

Assistente Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG, 2011). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília (PPGPS/SER/ICH/UnB, 2024). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Serviço Social no Capitalismo Dependente GEDUSSC/PPGPS/UnB e da Rede Capitalismo Dependente, Educação e Serviço Social (Rede CADESS). Mestra em Serviço Social (PUC-GO, 2021). Especialista em Gestão em Serviço Social (UNISA, 2014). Tem Licenciatura em Sociologia (2020) e Pedagogia (2015), ambas pela UNINTER. Possui experiência como Assistente Social na área da Política de Assistência Social: SUAS, Violência contra a Mulher, Casa de Acolhimento (criança e adolescente) e, também, na área da Política Habitacional e do SUS. Docência em Instituição de Ensino Superior Privado, na Graduação do curso de Serviço Social.

Luís Augusto Vieira

Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); Professor da Unidade Acadêmica Especial de Ciências Sociais Aplicadas (UAECSA), no Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Goiás (UFG) – Campus Goiás. Coordenador do Curso de Serviço Social da UFG – gestão 2024-2026; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Motyrô, registrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.

Magaly Nunes de Góis

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe (UFS, 1985), com especializações em Serviço Social e Política Social (UFS - 1999) e Serviço Social -direitos sociais e competências profissionais (UNB/CFESS, 2010). Mestrado em Educação (UFS, 2004) e Doutorado em Educação (UFS, 2017). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos, Formação em Serviço Social e Políticas Sociais (GEPSSO, UFS), do Comitê Estadual de Educação do Campo de Sergipe (EDUCAMPO/SE) e da Comissão Ampliada da Marcha das Margaridas. Técnico de nível superior da Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe (PRONESE), lotada na Assessoria Técnica, desenvolvendo

trabalhos junto a comunidades e associações comunitárias rurais, direcionados ao monitoramento e avaliação dos programas e projetos sociais desenvolvidos pela empresa, atuando principalmente nas temáticas: estado, movimentos sociais e sindicais, resistências e lutas das mulheres do campo, da floresta e das águas, participação, controle social, educação do campo, pobreza e projetos sociais.

Maria Clara Pereira Soares

Doutoranda em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestre em Ciências Sociais e Humanas pela Universidade Federal do ABC (UFABC, 2018). Pesquisadora do Núcleo de Estudo e Aprofundamento Marxista (NEAM-PUC). Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP, 2014).

Maria Conceição Sarmento Padial Machado

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG, 2009). Mestra em Educação Brasileira pela Universidade Federal de Goiás (2000). Bacharel em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). Membro do corpo docente da Graduação em Serviço Social e Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Serviço Social da PUC Goiás. Vice-Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Serviço Social. Pesquisa: Líder do Grupo de Pesquisa registrado no CNPQ Ontologia Marxiana, Trabalho, Educação, Estado e Luta de Classe, que está vinculado à Linha de pesquisa Teoria Social e Serviço Social. Coordenadora de Pesquisas sobre as temáticas trabalho e movimento social. Orientadora de monografias de graduação e dissertações de mestrado acadêmico com ênfase em trabalho, profissão, serviço social, educação, questão social. Conselheira no Conselho Municipal da Assistência Social (CMASGyn) representando o Conselho Regional de Serviço Social de Goiás (CRESS 19ª Região).

Patrícia Basílio Teles Stabile

Doutora em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre e bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual

Paulista (UNESP Franca-SP). Professora Associada do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Goiás (UFG), membro da rede Universitas (Educação). Membro do grupo de estudos Estado, Constituição e Sociedade na linha Direito, Poder e Psicanálise (CNPq). Atuando, principalmente, nos seguintes temas: Formação, Questão Agrária, Urbana, Educação, Educação do Campo, Violência, Políticas Públicas, Questão Social, Direitos Humanos, Movimentos Sociais, Infância e Juventude.

Rayanne Sousa de Matos

Mestra em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), tendo sido bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG/GO). Bacharel em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). Tem como formação complementar “Capacitação em Gênero” pela Secretaria Estadual da Mulher (SEM), Brasil.

Regina Sueli de Sousa

Professora Associada na Universidade Federal de Goiás (UFG). Curso de Serviço Social e Graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás, 1985). Mestrado em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB, 1997), Doutorado em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP - Marília, 2002). Graduação em Psicologia pela PUC Goiás (2020). Especialista em Terapia Familiar (IEP/UNIP, 2020). Curso de Formação em Experiência Somática (SE-ABTN, 2023-2025).

Renato Francisco dos Santos Paula

Pós-Doutorado (2022), Doutorado (2013) e Mestrado (2005) em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com equivalência do grau acadêmico de Doutor pela Universidade Católica Portuguesa (Lisboa- Portugal). Diretor do Campus da Universidade Federal de Goiás na Cidade de Goiás - UFG (2017-2021). Coordenador do Curso de Serviço Social da

Universidade Federal de Goiás -UFG (2012-2017). Professor nos Cursos de Graduação em Serviço Social e Administração Pública da UFG – Campus Goiás e no Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO) e na Especialização em Gestão Pública (PROFIAP) da UFG. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado, Desenvolvimento e Desigualdade (GEPEDD) registrado no Diretório de Grupos de Pesquisas do CNPq. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais (NEMOS/DGP/CNPQ) da PUC-SP. Membro do Conselho Editorial da Revista Serviço Social e Sociedade (Qualis A). Foi Assessor e Coordenador Geral na Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Brasília - DF - 2005-2012) e Conselheiro (2008-2010) e Vice-Presidente (2010-2012) do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Possui produção técnica, acadêmica e de pesquisa nas temáticas: Estado, Desenvolvimento, Desigualdade e Pobreza, Políticas Sociais, Seguridade Social, Gestão Pública, Participação, Controle Social, Direitos Humanos, Territorialidades e Fundamentos do Serviço Social

Ruteléia Cândida de Souza Silva

Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Graduada em Serviço Social, Mestre e Doutora em Política Social, pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Pós-Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Tânia Maria Santana dos Santos

Pós-Doutorado em História pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). Doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP, 2008). Mestrado em Educação: História, Política e Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1995). Professora efetiva da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) desde 1995. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Fundamentos do Serviço Social, Polí-

ticas Sociais e Movimentos Sociais. Atualmente, tem se dedicado mais à questão da Formação Profissional do(a) Assistente Social.

Tereza Cristina Pires Favaro

Graduada em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás, 1984). Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2009). Doutorado em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG, 2015). Professora adjunta do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Goiás - Campus Goiás, atuando também no Programa de Residência Multiprofissional em Saúde do Hospital das Clínicas - UFG/Ebserh. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase nos seguintes temas: controle social, política de saúde, política social, estágio supervisionado.

Valdir Nunes da Silva Netto

Mestre em Política Social pela Universidade Federal de Mato Grosso (PPFPS/UFMT – 2023). Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Goiás (UFG Regional Goiás – 2016). Especialista em Gestão em Serviço Social e Projetos Sociais e em Administração do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ambas pela Faculdade Iguaçu (2024). Servidor público na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social de Goiânia (SEDHS), no cargo de Analista em Assuntos Sociais. Membro da equipe técnica da Gerência de Projetos e Convênios da SEDHS. Integrante do Grupo de Pesquisa na Área da Infância, Juventude e Políticas Públicas e atividades de extensão relativas a esta linha de investigação na UFG Regional Goiás. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em trabalho, questão social, infância, políticas públicas, democracia e movimentos sociais.

Vera Núbia Santos

Graduação, Mestrado e Doutorado em Serviço Social. Docente da Universidade Federal de Sergipe (UFS), na graduação e pós-graduação. Avaliadora *ad hoc* do INEP. Ex-conselheira do CRESS/SE – 18ª Região e de Conselhos de políticas e de direitos de Araca-

ju: Assistência Social à Criança e Adolescente, Saúde e da Mulher. Conselheira do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (desde 2022). Membro da Câmara Técnica Estadual de Gestão e Monitoramento do Pacto pelo Enfrentamento da Violência contra a Mulher (2021-2024). Membro do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFS (desde 2019). Compõe a Coordenação do GTP Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional da ABEPSS (desde 2023). Coordenadora de Graduação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - Regional Nordeste (2023-2024). Coordena a Rede de Pesquisa sobre o Trabalho de Assistentes Sociais (RETAS) desde 2023. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos, Formação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de Sergipe (GEPSSO/UFS).

A coletânea de textos *Trabalho em movimento – sociedade em transição: configurações contemporâneas*, buscou reunir produções que pudessem contribuir para o avanço no debate sobre as intersecções entre as transformações contemporâneas no mundo do trabalho e as novas formas de sociabilidade delas decorrentes. Trata-se, portanto, de um grande espectro de investigação, pois a temática em tela é constituinte da “realidade concreta”, logo, síntese de múltiplas determinações, o que permitiu que os/as autores/as enveredassem por diferentes tratamentos teórico-metodológicos e instigantes e variadas formas de análise. *Trabalho em movimento – sociedade em transição* é um dístico que sintetiza o eixo central das incertezas que assolam a humanidade nessa quadra de século XXI. Reflete parte de um esforço para compreender e ao mesmo passo prospectar o futuro da humanidade em especial naquilo que diz respeito as velozes transformações no mundo do trabalho que inflexionam mudanças em todas as dimensões da vida social. Temas clássicos e emergentes se misturam e completam o mosaico de conhecimento que precisamos construir para decifrar o presente e o amanhã.

Renato Francisco dos Santos Paula

Pós-Doutor, Doutor e Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com equivalência do grau acadêmico de Doutor pela Universidade Católica Portuguesa (Lisboa- Portugal). Docente no Curso de Graduação em Serviço Social; no Curso de Graduação em Administração Pública, ambos da UFG – Campus Goiás e no Programa de Pós-Graduação stricto sensu da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). Fundador e coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estado, Desenvolvimento e Desigualdade (GEPEDD) registrado no Diretório de Grupos de Pesquisas do CNPq. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais (NEMOS/DGP/CNPQ) da PUC-SP.

Tânia Maria Santana dos Santos

Pós-Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). Doutora em Serviço Social e Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Docente no curso de Graduação em Serviço Social e no Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho e Sociabilidade registrado no Diretório de Grupos de Pesquisas do CNPq (DGP-CNPq).

Geruza Silva de Oliveira Vieira

Pós-Doutora pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). Doutora e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Docente no Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) da UFMT, Campus Araguaia e Docente nos programas de: Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) e Pós-Graduação em Sociologia (PPS) da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Observatório de Políticas Públicas (UFMT) e Grupo de Pesquisa Trabalho e Sociabilidade (UFMT).

O livro, com o sugestivo título *“Trabalho em movimento, sociedade em transição: configurações contemporâneas”*, nos brinda com uma oportuna e necessária reflexão sobre o trabalho como dimensão vital e perene do gênero humano, mas que frente ao metabolismo antissocial do capital, nos termos de Ricardo Antunes, sofre profundas metamorfoses e desconstruções em tempos de devastação produzida pelo capitalismo neoliberal em crise, em um cenário sociopolítico de radicalização conservadora e ascenso da extrema direita protofascista.

Trata-se de obra coletiva que reúne pesquisadoras(es) experientes e jovens quadros profissionais e acadêmicos, de distintas formações e universidades, orientada pela melhor tradição do pensamento histórico-crítico, que nos interpela quanto ao presente e ao futuro do trabalho, no embate entre ampliação das expropriações e resistências da classe trabalhadora, com especial ênfase no trabalho de assistentes sociais e os desafios para materialização do projeto ético político profissional

As análises e reflexões traçam um denso painel de configurações contemporâneas da sociedade capitalista em movimento, que contribuem para a inteligência crítica da processualidade contraditória que envolve o trabalho e o seu sujeito vivo, a classe trabalhadora. Tarefa imprescindível quando o que está em questão é não apenas entender o mundo, mas transformá-lo, como afirmou Marx em sua famosa tese sobre Feuerbach em 1845, mais atual do que nunca.

Raquel Raichelis

Docente e Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa Trabalho e Profissão do PPG em Serviço Social – NETRAB/PUC-SP

